



## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **A Intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal em Sede de Julgamento**

**Mestrando | Pedro Filipe Saragoça Ribeiro**

**Orientador | Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente**





**Dissertação apresentada para a obtenção de grau de  
Mestre na área de especialização em Direito e Segurança**

**A Intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal em  
Sede de Julgamento**

**Mestrando | Pedro Filipe Saragoça Ribeiro**

**Orientador | Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente**



## Dedicatória

À minha mulher, LAURA e ao meu filho MANEL, por tudo o que são na minha vida.

Aos meus pais, Manuel e Maria, e irmãos, Teresa e Daniel, que têm acompanhado o meu percurso académico desde a escola primária.

Aos operacionais das Forças e Serviços de Segurança que garantem a Segurança das pessoas e bens.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, a Deus que tem sido incondicional na força que me transmite e que, mais uma vez, me apoiou no caminho deste estudo.

Agradeço diretamente à Universidade Nova de Lisboa, na pessoa do Professor Catedrático Jorge Bacelar Gouveia, e ao Instituto de Ensino Superior Militar, pela elevada qualidade pedagógica ao nível do ensino.

Concomitantemente, agradeço indiretamente à Universidade Moderna e também à Academia Militar e Escola da Guarda pela formação jurídica que me têm facultado ao longo destes anos.

Gostaria de endereçar uma palavra de profunda gratidão ao Professor universitário e Oficial da Polícia de Segurança Pública (PSP) Manuel Guedes Valente pela sua grande disponibilidade na orientação deste estudo e partilha do seu vastíssimo conhecimento em matéria jurídico-penal, contribuindo assim, de forma decisiva, para o desenvolvimento científico nesta área da segurança e defesa.

Queria também manifestar uma palavra de agradecimento ao Dr. Paulo Saragoça da Matta, prestigiado advogado e meu antigo professor de direito penal na Academia Militar, pela sua colaboração e disponibilidade, mesmo com uma agenda demasiadamente ocupada devido ao exercício das atividades advocatícias.

A todos os Oficiais e Inspectores das Forças e Serviços de Segurança, Magistrados, Professores e Advogados que contactei e me facultaram informação, apoiando-me perentoriamente na concretização deste trabalho e que não são mencionados nominalmente sob pena de, injustamente, me esquecer de alguém.

**A todos, sem exceção, um grande Bem Hajam.**

## Índice Geral

<b>Resumo.....</b>	<b>VI</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>IX</b>
<b>Lista de Abreviaturas, de Siglas e Acrónimos.....</b>	<b>XII</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - O SISTEMA JURÍDICO-PROCESSUAL PENAL PORTUGUÊS.....</b>	<b>4</b>
a. Breve resenha histórica .....	4
b. O modelo atual.....	5
c. As fases processuais .....	6
(1) O inquérito.....	7
(2) A instrução .....	8
(3) O julgamento.....	9
<b>CAPÍTULO II - AS FALSAS DECLARAÇÕES .....</b>	<b>11</b>
a. Contextualização e enquadramento legal .....	11
b. Caracterização do crime .....	13
(1) Do tipo objetivo.....	13
(2) Do tipo subjetivo.....	15
(3) Outros aspetos importantes .....	15
c. O Princípio da não autoincriminação ( <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ) .....	20
(1) Enquadramento histórico e concetual .....	20
(2) Âmbito de aplicação.....	22
(3) A não autoincriminação em audiência de julgamento.....	25
<b>CAPÍTULO III - O JULGAMENTO .....</b>	<b>27</b>
a. Enquadramento .....	27
b. Princípios .....	27
(1) Livre apreciação da prova .....	28
(2) Publicidade.....	28
(3) Verdade material .....	29
(4) Contraditório.....	29
(5) Concentração.....	30
(6) Oralidade .....	31
(7) Imediação.....	31
c. Principais atores processuais .....	32
(1) Tribunal.....	32

(2) Juiz de instrução .....	34
(3) Ministério Público .....	34
(4) Defensores .....	36
(5) Arguido.....	37
(6) Testemunha .....	37
(7) Órgão de Polícia Criminal .....	39
<b>CAPÍTULO IV - A AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO .....</b>	<b>43</b>
a. Enquadramento .....	43
b. Disposição da sala de audiências .....	44
c. Conduta dos advogados e defensores .....	45
d. Conduta dos arguidos.....	45
e. Conduta do público.....	46
f. Chamada e abertura da audiência.....	47
g. Compensação das testemunhas e tomada de declarações noutra Comarca .....	48
<b>CAPÍTULO V - O TESTEMUNHO DO OPC NA AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO.....</b>	<b>51</b>
a. Os constrangimentos do depoimento policial.....	51
b. Preparação do testemunho.....	53
c. Prestação do depoimento .....	55
d. Conclusão do depoimento.....	63
<b>Conclusões.....</b>	<b>65</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>67</b>



## **Declaração de compromisso Anti-Plágio**

*Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.*

**Pedro Ribeiro**

*O China até nem era mau rapaz. Só tinha violado três raparigas e assassinado outra. Coisas de rapazes. E depois sabe-se lá o que elas não fizeram para o pôr em brasa, doido para lhes saltar para a cueca. Já não há respeito, os costumes estão devassados, elas, agora, até fumam e vão sozinhas às discotecas. Vendo as coisas de perto, o China era mais vítima do que carrasco. Aliás, como ficou demonstrado, o moço nem queria matar a quarta miúda. Ia lá agora adivinhar que ela sofria de asma quando lhe apertou o gasganete. (...)*

*De repente, [o advogado de defesa] volta-se. Aponta o dedo acusador para o meu colega [Diogo] e ... proclamou:*

*- Ali é que está o verdadeiro criminoso. Um agente da polícia, representante da autoridade do Estado. Em vez de prender o meu cliente, parte-lhe o nariz. Porquê? Porque é esta polícia que temos. Um bando de torcionários organizados, os verdadeiros inimigos da sociedade. Aquele senhor – e tornava a apontar para o Diogo – é que devia estar sentado no banco dos réus e não o infeliz do China!*

*(...)*

*Mas o Diogo ... respondeu desabrido:*

*- O nariz do China fica torto, mas ele está vivo. A rapariga que ele esganou está morta e há mais três que ele violou!*

*- O senhor não tem nada a ver com isso! O tribunal é que decide se ele violou e matou, não é a polícia!*

O Diogo ficou calado, mas quem o conhece como nós o conhecíamos, se o causídico ouvisse o que ia no silêncio dele, pedia-lhe prisão perpétua de certeza absoluta. Nós sabíamos os gritos que lhe abrasavam os lábios cerrados.

«Não seja parvo, senhor doutor. Devia era meter no cu o nariz do China. O senhor não pode decidir nada porque não viu, não sentiu, não sofreu. As raparigas violadas vieram aqui oito meses depois contar o que aconteceu. Roupas novas, caras envergonhadas como se tivessem sido as culpadas. Os senhores ouviram-nas e leram os exames médicos. Eu senti-lhes o medo no dia em que apareceram na polícia, roupas esfarrapadas, gestos desarticulados da humilhação forçada. O senhor viu as fotografias da rapariga morta, mas fui eu quem a levantou do chão e bateu à porta dos pais para lhe dizer sem jeito: a vossa filha morreu!, e senti que os insultava. Eu devia estar sentado neste banco dos réus por ter insultado os dois velhotes e não por causa da porcaria do nariz do China. A vossa filha morreu. Está na morgue!, e eles olharam-me como se eu fosse o assassino. O senhor viu-os chorar lágrimas brandas de saudade quando vieram depor. Eu vi-os com o rosto transfigurado de espanto e de pranto, abraçados com medo do medo da verdade. É verdade que somos polícias. Que as raparigas violadas não são da minha família, se o fossem não partia o nariz do China, dava-lhe um tiro nos cornos, e que aquele casal de velhotes não os conhecia de lado nenhum. Não fomos directamente tocados por nada daquilo porque somos profissionais indiferentes à dor, à angústia, ao terror. (...)

O senhor sabe de leis. Diz o que é ou não é legal, mas é um ignorante. Lê o Código do Processo Penal, mas não lê a vida. Porque não toca o sofrimento, não come com ele à mesa, nem o leva para a cama. Lê papéis. (...) Vendo-se bem, não passa de um analfabeto. Porque se quer descobrir um assassino como o China tem que enfiar-se nos intestinos da cidade, cheirando a suor e a merda e o senhor habituado a saunas e massagens no fim da tarde. (...) Para nós, infelizmente, é pessoal. Porque cada crime é vivido e digerido. Porque muitas vezes foi vida e morte, insónia e cansaço, tensão e raiva e ninguém pode compreender o que é ser ofendido e criminoso ao mesmo tempo. O China violou e matou. Apanhei-o. Dei-lhe uma pêra mal dada e ficou a pão e laranjas, nariz torto para toda a vida. Paciência!»

Juro que tive uma alegria do caraças quando o Diogo quebrou o silêncio e disse humilde:

- Não tive intenção de lhe partir o nariz. Desculpem, não foi por mal!

(Moita Flores, Polícias sem história, 1996, p. 51 a 56)

## Resumo

Atualmente, Portugal assume-se como um Estado de direito material democrático, sustentado num ordenamento jurídico que procura um correto equilíbrio entre a garantia dos direitos e liberdades fundamentais constitucionalmente previstos na Lei Fundamental e a persecução criminal.

A arquitetura do processo penal português assenta, *grosso modo*, numa estrutura basicamente acusatória, por apego “deliberado a uma das conquistas mais marcantes do progresso civilizacional democrático, e por obediência ao mandamento constitucional”<sup>1</sup>, num equilíbrio com o princípio de investigação oficial, válido tanto para efeito de acusação como de julgamento.

Relativamente ao princípio da não autoincriminação – *nemo tenetur se ipsum accusare* – resumidamente definido como o direito do arguido não ser obrigado a contribuir para a sua própria incriminação, saliente-se que não encontra uma consagração explícita na Constituição da República Portuguesa, sendo comumente aceite numa previsão constitucional implícita e derivante de outros direitos e princípios constitucionais, desde logo, no sentido e alcance do conceito de Estado de Direito Democrático, ínsito na Lei Fundamental, e nas linhas orientadoras dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade de ação e da presunção de inocência.

De todo o modo, a respeito da (in)aplicabilidade do princípio da proibição de autoincriminação aos OPC em sede de audiência de julgamento, e compartilhando uma ideia de Guedes Valente, a verdade é que o exercício da ação penal deve trilhar um caminho transparente e não compatível com métodos de obtenção de prova contrários à lei, à ordem pública, ao Direito ou em violação dos princípios democráticos e da lealdade (Guedes Valente, 2013, p. 484).

No âmbito do processo penal em matéria de julgamento, que se assume como a fase solene do processo, a testemunha apresenta-se como uma figura de elevado relevo para a administração da justiça criminal pois a prova testemunhal é, na ideia de Othmar Jauernig, a pior das provas, mas sendo também a mais frequente (Jauernig, 1998, p. 289).

Como coadjuvantes do Ministério Público e, em casos concretos, do juiz de instrução, os OPC estão investidos de uma elevada responsabilidade, sendo os “os

---

<sup>1</sup> De acordo com as notas preambulares ao Código de Processo Penal.

braços e os olhos das Autoridades Judiciárias na prossecução da investigação criminal...” que tem como fim último a realização do Direito nas prossecuções da defesa da sociedade” (Guedes Valente, 2013, p. 485).

É neste contexto e na qualidade de testemunha que, ao longo da carreira operacional, os OPC são requisitados para comparecerem na audiência de julgamento e esclarecerem o tribunal da sua visão dos factos em matéria de ocorrências do foro criminal, contribuindo assim de forma muito significativa e, nalguns casos, decisiva para a boa administração da justiça penal portuguesa.

No que diz respeito à intervenção dos OPC em sede de audiência de julgamento, importa que estes atentem para um conjunto de normas no que concerne à preparação do depoimento, à própria prestação do depoimento e, também, à sua conclusão. Realce-se que estas orientações podem tornar-se decisivas para a qualidade do testemunho policial na audiência de julgamento e conduzir, assim, a uma melhoria do sistema de aplicação da justiça.

Assim, na preparação do testemunho, o OPC deve apresentar-se no tribunal com uma indumentária apropriada, ler atempadamente e com atenção o respetivo expediente, debater os factos em julgamento com outros OPC e preparar eventuais perguntas.

Posteriormente, na prestação do depoimento em audiência de julgamento, o OPC deve, em resumo, prestar o juramento de forma convicta, sentir-se confortável, começar bem respondendo de forma convincente à primeira questão, manter uma postura de serenidade, adotar uma atitude de colaboração, evitar ler documentos, demonstrar deferência e seriedade perante os operadores judiciais, usar uma linguagem simples e objetiva, adotar um discurso fluente, usar corretamente a linguagem não-verbal, evitar a espontaneidade respondendo apenas ao que é perguntado, relatar apenas a verdade, evitar as hesitações e contradições, ser imparcial e manter o contacto visual com o juiz.

Por fim, na conclusão do depoimento, o OPC deve levantar-se de uma maneira calma, devendo evitar a demonstração de alívio, ressentimento ou satisfação, deixar uma imagem credível e profissional e, sem grande formalismos, pedir licença ao juiz para se retirar da sala de audiências.

Como nótula conclusiva, torna-se importante deixar bem vincado que “A intervenção dos OPC em sede de julgamento” encerra-se numa temática de crucial importância não só para os elementos das Forças e Serviços de Segurança, que

devem acolher este assunto com a máxima seriedade e profissionalismo, mas também para a boa administração do sistema de justiça penal em Portugal.

**Palavras-chave:** JULGAMENTO, AUDIÊNCIA, ÓRGÃO DE POLÍCIA CRIMINAL.

## Abstract

Currently, Portugal assumes itself as a democratic rule of substantive law State, sustained by a legal system seeking the right balance between the guarantee of fundamental rights and freedoms constitutional foreseen in Portugal's Fundamental Law and criminal persecution.

The architecture of the penal code lies with, roughly speaking, a accusatory basic structure, "deliberately attached to one of the most remarkable achievements of the civilizational democratic progress, and by obedience to the constitutional commandment", in balance with the official investigation principle, valid both for the purpose of prosecution and trial.

Regarding the principle of non self-incrimination - *nemo tenetur se ipsum accusare*, briefly defined as the defendant's right of not being obliged to contribute to the self-incrimination, it should be stressed that there isn't an explicit consecration in the Portuguese Constitution, being commonly accepted in an implicit constitutional prediction and deriving from other constitutional rights and principles, first and foremost, the meaning and scope of the concept of democratic rule of Law State, embedded in the Fundamental Law, and in the guidelines of the constitutional principles of human person dignity, freedom of action and the presumption of innocence.

In any case, about the (in) applicability of the principle of the prohibition of self-incrimination to the Criminal Police Bodies in the trial hearing in Court, and sharing an idea of Guedes Valente, the truth is that the exercise of criminal action must tread a transparent path and non-compliant with methods to obtain evidence that violate the law, the public order or in violation of democratic principles and loyalty (Guedes Valente, 2013, p. 484).

Within the framework of the penal process relating to the trial, which is assumed as the true phase of the process, the witness represents a relevant figure for the administration of criminal justice, for the testimonial proof is, in the idea of Othmar Jauernig, the worst proof of evidence, but also being the most frequent (Jauernig, 1998, p. 289).

As coadjutant of the Public Prosecutor and, in specific cases, the investigating judge, the Criminal Police Bodies are invested with high responsibility, being "the arms and eyes of Judicial Authorities in pursuing the

criminal investigation..." which has as ultimate goal the fulfillment of the Law pursuing the defense of society" (Guedes Valente, 2013, p. 485).

It is in this context and as a witness that, throughout operational career, the Criminal Police Bodies are required to be at the trial hearing and clarify the Court with its view about the facts relating to occurrences of criminal context, thus contributing very significantly and, in some cases, decisively for the proper administration of the portuguese criminal justice.

With regards to the intervention of Criminal Police Bodies in the trial hearing in Court, it's important that they pay attention to a set of standards concerning the preparation of the testimony, the very provision of the testimony and, also, to its conclusion. Be emphasized that these guidelines may become crucial for the quality of the police testimony at the trial hearing, thus leading to an improvement of the enforcement of justice system.

In this vein, while preparing the testimony, the Criminal Police Bodies must present itself in court with proper clothing, to read before and carefully the case files, to debate the facts being judged with other Criminal Police Bodies and prepare potential questions.

Later, while giving his testimony during the trial, the Criminal Police Bodies must, summing up, to take the oath in a convincing manner, to feel comfortable, to start well by convincingly answering the first question, keep an attitude of serenity, to adopt an attitude of collaboration, to avoid the reading of documents, to demonstrate deference and seriousness before the judicial operators, to use simple and objective language, to adopt a fluent speech, to use nonverbal language correctly, to avoid spontaneity responding only to what is asked, to report only the truth, to avoid hesitations and contradictions, to be impartial and to maintain eye contact with the judge.

Finally, at the conclusion of the testimony, the Criminal Police Bodies should rise in a smooth manner, avoiding to show relief, resentment or satisfaction, leaving a credible and professional image and, without much formality, requesting the judge permission to leave the courtroom.

As final note, it's important to stress that "The intervention of the Police Criminal Bodies in the trial hearing in Court" encloses itself on a theme of crucial importance not only for members of the Police and Security Forces, who must



welcome this subject with the utmost seriousness and professionalism, but also for the proper administration of the criminal justice system in Portugal.

**Key Words:** JUDGMENT, HEARING, CRIMINAL POLICE BODIES.

## **Lista de Abreviaturas, de Siglas e Acrónimos**

<b>Ac. STJ</b>	Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça
<b>CP</b>	Código Penal
<b>CPP</b>	Código de Processo Penal
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>LOIC</b>	Lei da Organização da Investigação Criminal
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>OPC</b>	Órgão de Polícia Criminal
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>STJ</b>	Supremo Tribunal de Justiça

## Introdução

A presente dissertação de Mestrado, subordinada ao tema “*A intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal em sede de julgamento*”, é realizada na área de especialização em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e decorre na sequência da Pós-graduação, que decorreu no Instituto de Estudos Superiores Militares.

O Direito, numa das definições académicas de Diogo Freitas do Amaral, é “um sistema de regras de conduta social, obrigatórias para todos os membros de uma certa comunidade, a fim de garantir no seu seio a Justiça, a Segurança e os Direitos Humanos, sob a ameaça de sanções estabelecidas para quem violar tais regras” (Freitas do Amaral, 2004, p. 65).

Por seu turno, a Segurança, como bem jurídico coletivo e individual e constituindo-se como um dos fins do Direito, não pode ser vista como fator limitativo dos direitos fundamentais do cidadão (Guedes Valente, 2012, p. 105).

A escolha do tema procurou assumir uma matéria pouco desenvolvida no seio das Forças e Serviços de Segurança com acesso a uma escassa e dispersa bibliografia, o que dificultou, mais do que inicialmente previsto, a concretização do presente estudo. Concomitantemente, o trabalho procurou aglutinar e confrontar, de forma direta, dois vetores fundamentais, o “Direito” e a “Segurança”, pois na ideia de Karl Engisch “não há ninguém que não viva sob o Direito e que não seja por ele constantemente afetado e dirigido...”. (Engisch, 1983, p. 12)

Em Portugal, num “Estado de direito democrático, baseado no (...) respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais...”<sup>2</sup> e à semelhança do que se verifica nos processos penais ocidentais, o processo penal contempla três fases consideradas essenciais, a saber: o inquérito, a instrução e o julgamento (Almeida, 2006, p. 18).

Destarte, o Código de Processo Penal (CPP), “em sintonia com a nossa tradição jurídico-processual, prespetivou um processo de estrutura basicamente acusatória, temperado por um princípio de investigação oficiosa, válida tanto para efeitos de acusação como para o julgamento”<sup>3</sup>, através de um inquérito realizado sob a titularidade e direção do Ministério Público (MP) para preparação da

---

<sup>2</sup> Cfr. Art.º 2.º da CRP.

<sup>3</sup> De acordo com as notas preambulares do Código de Processo Penal.

decisão judicial. Trata-se, portanto, de *um processo penal de civilidade*<sup>4</sup>, equilibrado numa dicotomia entre a garantia dos direitos fundamentais e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias.

Na verdade, ao longo da sua carreira operacional, os elementos das Forças e Serviços de Segurança são envolvidos num variado leque de ocorrências que resultam na sua intervenção em sede de audiência de julgamento, desde as mais rotineiras como a fiscalização de um condutor de veículo sem habilitação legal para conduzir ou em estado de embriaguez, até às mais complexas, como a prática de um hediondo homicídio ou mesmo o desmantelamento de uma rede de tráfico de droga ou de imigração ilegal.

Para a realização do presente trabalho, julga-se curial conduzir o estudo de forma a encontrar resposta para duas questões consideradas nucleares:

- De que modo a intervenção dos OPC, em sede de julgamento, pode influenciar a justiça criminal?
- Pode o Princípio do direito à não autoincriminação – *nemo tenetur se ipsum accusare* – aplicar-se aos OPC em audiência de julgamento?

O trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos principais. No primeiro capítulo, procede-se a um breve estudo do Sistema Jurídico-Processual Penal Português, contemplando uma breve resenha histórica e, também, uma análise ao modelo atual e às fases processuais. Por seu turno, o segundo capítulo debruça-se sobre as Falsas Declarações com uma contextualização e enquadramento legal, a caracterização do crime de “falso testemunho” e uma análise ao princípio da não autoincriminação – *nemo tenetur se ipsum accusare*.

O terceiro capítulo do trabalho procura abordar a temática do Julgamento, começando com o enquadramento e dissecando os princípios e principais atores processuais desta fase do processo. O quarto capítulo do estudo aborda a Audiência de Julgamento, iniciando com um enquadramento e focando-se de seguida na disposição da sala de audiências, na conduta dos advogados e defensores, arguidos e do público, na chamada e abertura da audiência e, por fim, uma breve análise à compensação das testemunhas e tomada de declarações noutra comarca.

---

<sup>4</sup> Designação proferida por PAULO SARAGOÇA DA MATTA no programa televisivo “Justiça Cega” da RTP Informação em 19 de maio de 2014.

Para finalizar a presente dissertação, o quinto e último capítulo procura analisar o Testemunho do OPC em Audiência de Julgamento, evocando-se os constrangimentos do depoimento policial, a preparação do testemunho, a prestação do depoimento e, também, a conclusão do depoimento. O presente estudo termina com a concatenação das conclusões consideradas mais importantes.

A realização do presente trabalho baseou-se na adoção do método dialético descritivo, com a pesquisa bibliográfica, consulta de fontes abertas, conferências, estabelecimento de diversos contactos institucionais e pessoais, bem como numa aturada análise jurídica da legislação vigente e revogada referente ao assunto em análise.

## CAPÍTULO I - O SISTEMA JURÍDICO-PROCESSUAL PENAL

### PORTUGUÊS

*A democraticidade e a lealdade de acção penal não são compatíveis com métodos de investigação criminal objectivamente criminosos (...) O processo penal – a justiça penal – não admite provas contrárias à lei, à ordem pública, ao Direito ou que a lei não admita ou que tenham sido obtidas com violação dos princípios democráticos e da lealdade.*

(Guedes Valente, 2013, p. 484)

#### a. Breve resenha histórica

Ancorado na ideia de Cabral Moncada de que “a história do direito não é apenas o estudo descritivo das instituições jurídicas do passado. Além de nos descrever as formas dessas instituições, este ramo da história, como geralmente é entendido, visa também fornecer-nos a sua explicação filosófica, isto é, dar-nos a chave do problema da sua origem e da razão espiritual das suas transformações” (Moncada, 1948, p. 83), importa, pois, enquadrar historicamente, ainda que de forma sintética, o sistema jurídico-penal português.

Em bom rigor, “a história ensina-nos que o passado é o espelho dos erros do presente e do futuro, principalmente quando lhes atribuímos um papel menor” (Guedes Valente, 2013a).

Na verdade, uma das ideias base que norteiam o direito é que os Tribunais *administram a justiça em nome do povo*, conforme vem consagrado pelo art.º 202.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Como já foi anteriormente afluído, actualmente o processo penal assume uma estrutura acusatória no ordenamento jurídico português, como aliás está bem propugnado no art.º 32.º, n.º 5 da CRP ao declarar expressamente que “o processo criminal tem estrutura acusatória, estando a audiência de julgamento e os actos instrutórios que a lei determinar subordinados ao princípio do contraditório”.

Contudo, nem sempre foi assim. Historicamente e sem grandes aprofundamentos conceituais, o processo penal português já adotou dois modelos diferentes, um assente numa estrutura inquisitória e outro arquitetado num esquema acusatório (Mendes, 2014).

Assim, neste contexto teórico, o modelo inquisitório tem a sua raiz histórica no Baixo Império Romano, sendo que a sua denominação é inspirada no santo Ofício da Inquisição<sup>5</sup>. Contudo, este modelo inquisitório tornou-se laico a partir do século XII em que se foi transplantando para o ordenamento jurídico europeu. Ora, este processo inquisitório tem como ideia basilar o facto de que a investigação, acusação e julgamento estão concentradas numa única entidade, mostrando, desde logo, uma grande fragilidade para atingir o princípio da imparcialidade. Adite-se ainda que este modelo apresentava algumas características como a natureza de secreto, a forma escrita e a confissão como meio de prova privilegiado, não dando importância, portanto, ao contraditório e aos direitos, liberdades e garantias (Mendes, 2014).

Assim como o modelo processual penal anterior, também o processo acusatório tem uma raiz histórica bastante longínqua, principalmente a partir do século XIII, pois o processo penal português conheceu a estrutura acusatória nos idos da reconquista, apontando-se o seu início às experiências democráticas gregas e romanas, sendo a *Magna Charta Libertatum*<sup>6</sup> um marco muito importante neste modelo (Guedes Valente, 2010, p. 84).

Ao contrário do modelo inquisitório, o acusatório caracteriza-se pela separação dos poderes de acusação e julgamento em entidades diferentes, em que o impulso processual pertence ao ofendido no processo. Este modelo, com carácter público e, por norma, marcado pela oralidade, não procura atingir, desesperadamente, a verdade material, mas antes a verdade possível, respeitando o princípio constitucional do contraditório entre a defesa e a acusação, em que a sentença torna o caso julgado (Mendes, 2014).

## **b. O modelo atual**

No sistema jurídico-penal português, a ação penal está orientada para a garantia dos direitos fundamentais e, concomitantemente, delimitada pelo dever de respeito aos direitos, liberdades e garantias das pessoas (Almeida, 2006, p. 17).

---

<sup>5</sup> O Tribunal inquisitorial foi criado após o Concílio de Latrão, em 1229.

<sup>6</sup> Assinada em 15 de junho de 1215 por JOÃO SEM TERRA, determinava que “Nenhum homem livre será detido ou sujeito a prisão, ou privado dos seus bens, ou colocado fora da lei, ou exilado, ou de qualquer modo molestado, e nós não procederemos nem mandaremos proceder contra ele senão mediante um julgamento regular pelos seus pares ou de harmonia com a lei do país” (Guedes Valente, 2010, p. 81).

Neste contexto dogmático, o art.º 32.º n.ºs 1 e 2 da CRP é uma relevante nótula, consagrando o modelo acusatório do processo criminal subordinado ao princípio do contraditório, em que “o processo criminal assegurará todas as garantias de defesa” e “Todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação...”. Ademais, no n.º 8 do referido art.º 32.º da CRP, o legislador constitucional determinou que “São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coação, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações”.

Perante este breve enquadramento jurídico-constitucional, importa agora sublinhar novamente que, no modelo acusatório, a acusação é formulada por uma entidade autónoma do juiz de julgamento, onde as funções de investigação e julgamento estão também diferenciadas, assegurando-se, assim, o princípio da separação de funções como manifestação do princípio de separação de poderes. Talqualmente, o sistema acusatório marcado pela oralidade, publicidade e prova moral, proclama o princípio da igualdade de armas nas possibilidades dadas à acusação e à defesa na protecção dos respetivos interesses (Guedes Valente, 2010, p. 78 - 84).

Porém, e continuando no rumo de Guedes Valente, o modelo português não é totalmente acusatório, tendo em consideração que existe a fase de inquérito e eventualmente a fase de instrução, que são dominadas pelo princípio do inquisitório. Na fase de inquérito, conforme adiante se esclarece, o MP tem a direção do mesmo, sendo coadjuvado pelos OPC, ao passo que a fase de instrução, com carácter facultativo, visa a comprovação judicial da decisão de acusação ou do arquivamento do inquérito (Guedes Valente, 2010, p. 75 - 78).

### **c. As fases processuais**

De uma maneira geral, a doutrina processual penal enuncia, de forma escalonada, cinco fases do processo penal no âmbito do processo comum, ainda que com objetivos e importâncias diferentes. Assim, as fases do processo penal, embora nem todas assumam carácter obrigatório, são: o Inquérito, a Instrução, o Julgamento, o Recurso e por fim, a última fase, inserida no âmbito do direito penal penitenciário, a Execução das Penas.



Na senda de Germano Marques da Silva, as duas grandes fases do processo penal “seriam o Inquérito e o Julgamento, configurando a Instrução como uma fase excecional de controlo judicial dos vícios do Inquérito e das decisões que lhe põem termo” (Germano Marques da Silva, 2007, p. 147).

Na verdade, das cinco fases anteriormente citadas, o Recurso e a Execução de Penas, devido à especificada que encerram, não assumem importância relevante para o objeto de estudo do presente trabalho.

Assim, mesmo que de forma muito abreviada, importa focar a atenção nas três fases do processo penal consideradas essenciais para este estudo, o Inquérito, a Instrução e o Julgamento.

### (1) O inquérito

A fase de Inquérito vem regulada nos artigos 262.º a 285.º do CPP. De acordo com o n.º 1 do art.º 262º do CPP “o inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação”.

Ora, é no inquérito que assenta a investigação criminal. De acordo com preceituado no art.º 263.º do CPP e art.º 2.º da Lei da Organização da Investigação Criminal (LOIC), o inquérito encontra-se sobre a direção do MP, assistidos pelos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) que atuam sob a sua direção e dependência funcional, sem prejuízo da respetiva organização hierárquica. Ademais, ainda em correspondência ao estabelecido no art.º 2.º da LOIC, importa sublinhar a autonomia técnica e tática dos OPC no eficaz exercício das suas atribuições na persecução das finalidades do inquérito.

No final desta fase, com base nos artigos 277.º e 283.º, ambos do CPP, e perante a prova vertida no inquérito, o MP profere um despacho de arquivamento ou deduz acusação, caso se verifique ou não prova suficiente para ser submetida à apreciação do juiz em sede de julgamento.

## (2) A instrução

A fase de instrução vem estabelecida nos artigos 286.º a 310.º do CPP e, segundo o preconizado no n.º 1 do art.º 286.º da lei processual penal, “a instrução visa a comprovação judicial da decisão de deduzir acusação ou de arquivar o inquérito em ordem a submeter ou não a causa a julgamento”.

Trata-se de uma fase com carácter facultativo, conforme refere o n.º 2 do art.º 286.º do CPP e pode ser requerida pelo arguido ou pelo assistente, com base no art.º 287.º, também do CPP.

No final do debate instrutório, com base no art.º 307.º do CPP, o juiz profere um despacho pronúncia ou não pronúncia, respetivamente caso existam ou não indícios para aplicação de uma pena ou medida de segurança.

Por fim, em jeito de conclusão sobre a fase de Inquérito e citando o professor Germano Marques da Silva, “A Instrução é a fase processual mais controversa na sua estrutura. Muitos pretendem transformá-la num julgamento prévio, mas não é esse o espírito da lei nem se justifica que assim seja. Não é também, ou não deve ser, uma fase processual inútil, como também alguns consideram que é ou pretendem que seja. É uma fase importante pelo menos em dois aspetos: como modo de fiscalização da insuficiência do Inquérito e consequentemente seu complemento nos casos de lacunas da investigação, quer na perspetiva dos ofendidos, quer na perspetiva dos arguidos, e como modo de fiscalização da decisão do Ministério Público, sobretudo em caso de não arquivamento do inquérito”. Ademais, ainda na senda do referido Professor, podemos rematar citando que “a Instrução é, na praxe processual vigente, um meio antecipado de defesa, um complemento da investigação realizada no Inquérito” (Germano Marques da Silva, 2007, p. 147).

### (3) O julgamento

Embora na ótica das Polícias o inquérito seja uma fase do processo penal bastante importante, em que os OPC assumem um papel bastante ativo como coadjuvantes do MP, a verdade é que, mesmo assim, o julgamento assume-se como a verdadeira fase do processo-crime e insere-se mais diretamente no escopo deste trabalho.

Assim sendo, por estas razões, julga-se de todo conveniente que as considerações traçadas sobre a fase do julgamento sejam tratadas mais à frente e com uma maior profundidade, merecendo assim um capítulo autónomo.



## CAPÍTULO II - AS FALSAS DECLARAÇÕES

*O testemunho tenta a descrição objectiva, a testemunha apresenta a sua interpretação: mesmo tendo estado lá, existem diferentes perspectivas, diferente focalização nos detalhes, diferentes emoções, diferentes formas de perguntar, diferentes formas de responder às questões.*

(Queirós, 2011, p. 23)

### a. Contextualização e enquadramento legal

No âmbito deste estudo, julga-se importante trazer à colação a temática do falso testemunho, reconhecendo porém a necessidade de delimitar o assunto de acordo com o título do presente trabalho, “A intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal em sede de julgamento”. Neste contexto, torna-se curial proceder à análise da falsidade de testemunho perante o Tribunal, com base no art.º 360.º do Código Penal (CP).

Atualmente, o crime de “Falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução” vem previsto no art.º 360.º do CP. Na organização sistemática do CP, este crime vem inserido na Parte Especial do Código, mais precisamente no Título V – Dos crimes contra o Estado e no Capítulo III – Crimes contra a realização da justiça. O crime em análise encontra-se dividido em três números.

Neste desiderato, em termos de objeto de estudo do art.º 360.º do CP, julga-se de todo pertinente dar exclusivo ênfase à vertente do falso testemunho perante o Tribunal, relevando as partes do artigo 360.º do CP seguidamente sublinhadas e designando, por uma questão de facilidade o crime de “falso testemunho”.

Ora, o n.º 1º do art.º 360.º consagra que “Quem, como testemunha, perito, técnico, tradutor ou intérprete, perante tribunal ou funcionário competente para receber como meio de prova, depoimento, relatório, informação ou tradução, prestar depoimento, apresentar relatório, der informações ou fizer traduções falsos, é punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos ou com pena de multa não inferior a 60 dias”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Sublinhado nosso.

Seguidamente, o n.º 2 do artigo em análise refere que “Na mesma pena incorre quem, sem justa causa, se recusar a depor ou a apresentar relatório, informação ou tradução”.

Por fim, o n.º 3 do art.º 360.º dispõe que “Se o facto referido no n.º 1 for praticado depois de o agente ter prestado juramento e ter sido advertido das consequências penais a que se expõe, a pena é de prisão até 5 anos ou de multa até 600 dias<sup>8</sup>”.

Desta forma, importa sublinhar que o n.º 1 do art.º 360.º estatui o tipo fundamental do crime, ao passo que o n.º 2 impõe uma norma de equiparação e o n.º 3 emprega um agravamento da pena.

Fazendo uma breve análise histórica a este ilícito criminal, o CP de 1886 já previa o crime de falso testemunho, nos seus artigos 238.º a 242.º, ao passo que, posteriormente, no CP de 1966 também contemplava o crime de falso testemunho, embora em moldes um pouco diferentes do que é hoje vigente (Brito, 2012, p. 17).

De todo o modo, ainda no âmbito desta contextualização e enquadramento legal, julga-se importante, ainda que brevemente, tecer algumas considerações distintivas entre o crime de “falsidade de depoimento ou declarações” insito no art.º 359.º do CP e o crime de “falso testemunho” previsto no art.º 360.º do CP. Ora, o crime de “falsidade de depoimento ou declarações” é cometido pela parte em processo civil e pelo assistente, partes civis e próprio arguido<sup>9</sup> em processo penal, ao passo que, o crime de “falso testemunho” poderá ser perpetrado pelas testemunhas, peritos, tradutores e interpretes.

Nesta distinção entre os crimes previstos nos artigos 359.º e 360.º do CP, o legislador dividiu os declarantes em dois grupos, de acordo com o critério de interesse na causa. Ou seja, para o crime de “falsidade de depoimento ou declarações” os verdadeiros sujeitos do processo, as partes interessadas que sustentam uma posição de litígio enquanto que para o crime de “falso testemunho”, previsto e punido pelo art.º 360.º do CP, os meros

---

<sup>8</sup> Sublinhado nosso.

<sup>9</sup> No processo penal, o arguido embora goze do “direito ao silêncio”, está subordinado ao dever de verdade relativamente à sua identificação pessoal e antecedentes criminais.

participantes processuais, os depoentes terceiros ao conflito como sendo testemunhas, peritos, tradutores e interpretes (Seiça, 2001, p. 453).

## **b. Caracterização do crime**

### **(1) Do tipo objetivo**

#### **(a) O bem jurídico tutelado**

De acordo com o magistério de Figueiredo Dias, o bem jurídico assenta na "expressão de um interesse, da pessoa ou da comunidade, na manutenção ou integridade e de um certo estado, objeto ou bem em si mesmo socialmente relevante por isso reconhecidamente como valioso" (Figueiredo Dias, 2007, p. 114).

Destarte, o bem jurídico do crime de "falso testemunho" é, na ideia preconizada por Medina de Seiça, a realização da justiça como função do Estado (Seiça, 1999, pp. 460 - 461).

Por sua vez, na esteira de Helena Moniz o bem jurídico do crime em análise é a proteção da segurança no tráfico de provas (Moniz, 2004, pp. 213 - 214).

Na verdade, importa referir que o crime em apreço protege diretamente os interesses do Estado e, de forma indireta, os interesses dos particulares. Em sintonia com esta inferência, o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães datado de 18 de dezembro de 2006 refere que "estando em causa um crime de falso testemunho, o particular, podendo embora ser lesado, por eventualmente ter sofrido prejuízos com os atos denunciados, e que no seu entender constituem crime, não tem, contudo, a qualidade de "ofendido""<sup>10</sup>.

Em suma, o bem jurídico do tipo incriminador parece centrar-se na salvaguarda do interesse na cabal realização ou administração da justiça, ameaçada pela sua falsidade (Seiça, p. 453).

---

<sup>10</sup> In: *www.dgsi.pt*.

(b) Natureza

O crime de “falso testemunho”, previsto e punido no art.º 360.º do CP, quanto à sua natureza é um crime público.

(c) O agente do crime

Na realidade, a letra da lei do art.º 360.º do CP começa com a expressão “*Quem*”, embora se conclua que apenas uma testemunha (*e também perito, técnico, tradutor ou intérprete*) poderá praticar este ilícito criminal, ou seja, o pronome indefinido “Quem” aplica-se apenas às pessoas, mas não às funções. Classifica-se, portanto, como um crime específico puro<sup>11</sup> (Brito, 2012, p. 35) e é um crime de mão própria.

(d) A conduta típica

Na verdade, a conduta típica deste crime é a *prestação de falso depoimento perante o Tribunal*. O crime de “falso testemunho” classifica-se como um crime de mera atividade<sup>12</sup>, ou seja, para o preenchimento do tipo incriminador basta, tão-só, a prestação de falso depoimento perante o Tribunal, não sendo necessário a produção de um determinado resultado, nomeadamente uma influência negativa ou positiva na decisão judicial.

Por sua vez, trata-se de um crime de perigo abstrato<sup>13</sup>, pois não existe a necessidade de produção de um resultado típico que crie dano ao bem jurídico tutelado, bastando a mera possibilidade da decisão judicial vir a ser influenciada pela falsidade do testemunho (Brito, 2012, p. 22).

---

<sup>11</sup> Também denominados “crimes específicos próprios”, dizem respeito aos crimes que nunca podem ser cometidos por pessoas que não possuam certas qualidades ou relações especiais (Eiras & Fortes, 2006, p. 117 e 118).

<sup>12</sup> Pode afirmar-se que constituem uma modalidade de crime de perigo: são crimes de perigo abstrato ou presumido. (...) São crimes formais, cometidos por ação ou por omissão, em que o tipo escreve apenas uma conduta, independentemente de qualquer situação concreta de perigo (Eiras & Fortes, 2006, p. 114).

<sup>13</sup> Definem-se como “...comportamentos em que o perigo funciona como simples pressuposto ou motivo de incriminação, em que a lei não exige que ocorra concretamente perigo de lesão, em que basta a mera actividade do agente, não sendo necessário que sejam colocadas em perigo as situações do tipo, para produzir perigo” (Eiras & Fortes, 2006, p. 116).



## (2) Do tipo subjetivo

O crime em análise, previsto no art.º 360.º CP, é um crime doloso, não contemplando, *a contrario sensu*, a conduta negligente por falta dessa previsão expressa no artigo, conforme elucida a parte geral do CP, mais precisamente no art.º 13.º do CP. Refira-se, ainda que a título meramente informativo, que esta modalidade de apenas admitir condutas dolosas neste tipo de crime, é também aceite no ordenamento jurídico italiano, suíço e espanhol (Brito, 2012, p. 67).

Acrescente-se que se a testemunha acreditou erroneamente que era verdadeiro um facto objetivamente falso, parece-nos que, *in casu*, a conduta enquadra-se na matéria referente ao erro sobre as circunstâncias do facto, neste caso referente ao objeto, o que, de acordo com o art.º 16.º do CP *in fine*, afasta o dolo e, consequentemente para o crime de “falso testemunho”, a punição.

O facto deste crime ser doloso levanta, naturalmente, um conjunto de dificuldades jurídicas de índole prático. Pois, “entrar na mente da testemunha”, perante uma factualidade, nem sempre é fácil de analisar em termos de verdade, assumindo-se, assim, numa tarefa extremamente complexa.

Ora, em suma, para a punibilidade deste crime é necessário que o agente tenha consciência de que o seu depoimento é falso, faltando ao dever de verdade que está vinculado.

## (3) Outros aspetos importantes

### (a) A pena e o perjúrio

O crime de “falso testemunho”, previsto e punido pelo art.º 360.º do CP, tem, no seu n.º 1, a previsão de uma moldura penal de 6 meses a 3 anos ou uma pena de multa até 600 dias. Mas, se a falsidade for praticada após a prestação de juramento, ou seja, em caso de perjúrio, a pena pode ser agravada até 5 anos ou multa até 600 dias, de acordo com o estipulado no n.º 3.

No caso concreto do perjúrio<sup>14</sup>, atente-se para exigibilidade, anterior ao depoimento, da prestação de juramento, conforme já aflorado anteriormente, e também para a advertência das consequências penais do falso testemunho como causa de agravação (Brito, 2012, pp. 64-66).

O art.º 361.º do CP contempla uma agravação da pena de um terço nos seus limites mínimo e máximo, caso o facto praticado pelo agente contemple algumas das circunstâncias agravantes previstas no n.º 1 do mesmo artigo, como a de atuar com “intenção lucrativa”, ou da sua conduta resultar “a demissão de lugar, perda de posição profissional ou destruição de relações familiares ou sociais”. Ademais, no n.º 2 do referido art.º 361.º do CP, a pena é agravada para uma moldura penal de 1 a 8 anos nos casos em que a prática criminal origine a privação da liberdade de uma pessoa.

Ora, contravertendo, as penas previstas no art.º 360.º do CP são especialmente atenuadas ou até podendo ter lugar a dispensa de pena quando verificadas umas das circunstâncias previstas no art.º 364.º do CP, ou seja, “a falsidade disser respeito a circunstâncias que não tenham significado essencial para a prova a que o depoimento, relatório, informação ou tradução se destinar” ou “o facto tiver sido praticado para evitar que o agente, o cônjuge, um adoptante ou adoptado, os parentes ou afins até ao 2.º grau, ou a pessoa, de outro ou do mesmo sexo, que com aquele viva em condições análogas às dos cônjuges, se expusessem ao perigo de virem a ser sujeitos a pena ou a medida de segurança”.

Na verdade, no quadro dos crimes contra a realização da justiça e numa sucinta abordagem comparada, pode sublinhar-se que o “crime de falso testemunho” tem uma moldura penal bastante equilibrada para a salvaguarda do interesse na realização ou administração da justiça.

---

<sup>14</sup> Trata-se de um “*Juramento Falso*”, pois a testemunha ao depor perante a autoridade judiciária é obrigada a prestar juramento, conforme previsto no art.º 91.º do CPP (Eiras & Fortes, 2006, p. 278).

(b) A consumação e a tentativa

Relativamente à consumação do crime plasmado no art.º 360.º, importa saber o momento em que o crime é praticado, ou melhor, a partir de que momento é que o crime é praticado.

Mediana de Seça considera que o crime de “falso testemunho”, perante o Tribunal, é consumado com o fim do depoimento, quando a testemunha é convidada a sair da sala de audiências (Seça, 1999, p. 485).

Sem nos desviarmos do objeto de estudo, ou seja, o crime de “falso testemunho perante o Tribunal”, importa também pensar, ainda que colateralmente, se o crime pode também ser praticado na fase de inquérito ou durante o debate instrutório. De forma direta, parece que sim, até porque a testemunha pode ser chamada a depor sobre os mesmos factos em fases processuais diferentes e, perante a discordância dos testemunhos que se deveriam complementar, percebe-se que a testemunha violou o dever de verdade numa das fases.

O STJ, num Acórdão de 1998<sup>15</sup>, doravante explanado, elucida que “Se, durante o inquérito, se indiciar suficientemente que alguma testemunha violou o dever de verdade, fazendo depoimento falso, o MP pode e deve, imediatamente, promover o respetivo procedimento criminal”, o que, *a priori*, parece não contrariar o momento da prática do crime doutamente indicada por Figueiredo Dias.

Por seu turno, quanto à tentativa, importa reportar a regra estabelecida na parte geral do CP, no art.º 23.º, n.º 1, em que a tentativa só é punível para crimes cuja moldura penal é superior a 3 anos de prisão, o que não acontece, a não ser relativamente ao caso de perjúrio, consignado no n.º 3 do art.º 360.º do CP, em que a pena de prisão pode ir até aos 5 anos e, neste caso, a tentativa é punível.

---

<sup>15</sup> Acórdão do STJ de 22 de abril de 1998: Processo n.º 120/98 - 3.ª Secção; Relator: Conselheiro Leonardo Dias

## (c) Comparticipação e concurso

Relativamente à matéria da comparticipação, prevista nos artigos 25.º a 29.º do CP, importa referir que, sendo o depoimento um ato pessoal, no crime de “falso testemunho” o autor é “Quem” tem o domínio desse depoimento, à luz do art.º 138.º, n.º 1 do CP. Assim, embora não seja uma matéria que congregue consensos doutrinários de forma pacífica, julga-se que o critério do domínio do facto por parte do agente merece ênfase, em que o *crime é praticado por quem tem o domínio do facto e realiza a conduta típica, sendo este o autor imediato ou material* (Brito, 2012, p. 71).

Por fim, sobre as temáticas do concurso de crimes<sup>16</sup> e do crime continuado<sup>17</sup>, prevista no art.º 30.º do CP, refira-se que a prática do crime de “falso testemunho” pode, outrossim, preencher outros tipos legais de crime, configurando uma situação de concurso aparente de crimes, como os crimes de difamação<sup>18</sup> ou de injúria<sup>19</sup> na esfera da defesa da honra pessoal ou o crime de denúncia caluniosa<sup>20</sup> na salvaguarda do interesse na realização ou administração da justiça.

## (d) A Retratação

A retratação assume-se como uma causa pessoal de exclusão da punibilidade.

Ora, este instituto jurídico consiste, *grosso modo*, na reposição da verdade de um falso testemunho, associada aos deveres de verdade e completude (Brito, 2012, p. 82).

Pode afirmar-se que a retratação sucede quando o agente do crime de “falso testemunho” voluntariamente se retracta a tempo deste

<sup>16</sup> De acordo com o art.º 30.º, n.º 1 do CP, “O número de crimes determina-se pelo número de tipos de crime efectivamente cometidos, ou pelo número de vezes que o mesmo tipo de crime for preenchido pela conduta do agente”.

<sup>17</sup> Conforme prevê o art.º 30.º, n.º 2 do CP, “Constitui um só crime continuado a realização plúrima do mesmo tipo de crime ou de vários tipos de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogênea e no quadro da solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do agente”.

<sup>18</sup> Vide art.º 180.º do CP.

<sup>19</sup> Vide art.º 181.º do CP.

<sup>20</sup> Vide art.º 365.º do CP.

arrependimento ser tomado em conta na decisão e antes que tenha resultado prejuízo para terceiro (Eiras & Fortes, 2006, p. 318).

Estando a testemunha na posição privilegiada para corrigir o seu depoimento, parece natural afirmar-se que a iniciativa de retratar pertence à própria testemunha, mediante a verificação cumulativa de dois pressupostos, a voluntariedade e a tempestividade, de forma a que ocorra antes do trânsito em julgado da decisão em apreço e se poder afirmar um nexo causal entre a prestação do falso testemunho e uma lesão concreta (Brito, 2012, p. 83 e 84).

Trata-se, portanto e em suma, de uma retratação voluntária do agente do crime, a tempo do Tribunal ainda a poder atender. Adite-se que caso esta retratação seja considerada antes que tenha resultado prejuízo para terceiro, poderá excluir a punição, de acordo com estipulado no art.º 362.º, n.º 1 do CP.

(e) A atuação do Ministério Público

Relativamente à atuação do MP no que ao crime de “falso testemunho” diz respeito, o douto Ac. STJ, 22 de abril de 1998<sup>21</sup> é elucidativo quanto a esta matéria e, por isso, se transcreve nas partes com interesse direto: “Se, durante o inquérito, se indiciar suficientemente que alguma testemunha violou o dever de verdade, fazendo depoimento falso, o MP pode e deve, imediatamente, promover o respetivo procedimento criminal, nesse mesmo inquérito ou instaurando outro, à parte, consoante haja ou não conexão entre o falso depoimento e os crimes a que aquele respeita, visto tratar-se de crime público - artigos 402.º, do CP/82 e 360.º, do CP/95”.

Ademais, acrescenta ainda o referido acórdão, “O facto das pessoas que prestaram falso depoimento terem sido indicadas pelo arguido e de terem, eventualmente, confirmado a sua versão, não neutraliza nem de qualquer modo reduz ou condiciona o exercício daquele poder-dever do MP”.

<sup>21</sup> Processo n.º 120/98 - 3.ª Secção; Relator: Conselheiro Leonardo Dias.

## (f) Breves dados estatísticos

Dos crimes contra a realização da justiça, inseridos no Capítulo III do Título V – Dos Crimes contra o Estado – da Parte Especial do CP, importa atentar para os números disponibilizados pelo Ministério da Justiça, referentes ao período compreendido entre os anos de 2005 e 2013.

Quadro 1

Crimes contra o Estado no período de 2005 a 2013

ANO			2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
CRIME			Nº DE CRIMES								
Contra o Estado	Contra a realização da justiça	Falsidade de depoimento/outro	67	56	51	49	52	33	40	39	48
		Branqueamento/Vantagem de proveniência ilícita	27	15	9	13	33	39	26	42	20
		Violação de segredo de justiça	-	-	-	-	4	-	-	-	5
		Outros contra realização justiça	126	141	115	125	75	59	57	36	27
TOTAL			220	215	175	189	166	136	125	119	100

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

Refira-se que, segundo estes dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça através da Direção-Geral da Política de Justiça, os crimes praticados contra a justiça têm sofrido, de uma forma geral, um ligeiro aumento desde 2005.

Por seu turno, já no que diz respeito aos “crimes de falsidade de depoimento/outro”, no período de 2005 a 2013, os valores têm sofrido uma oscilação pouco relevante.

c. O Princípio da não autoincriminação (*nemo tenetur se ipsum accusare*)

## (1) Enquadramento histórico e concetual

É sobejamente conhecida a necessidade do direito acompanhar a evolução da sociedade, sendo um exercício relativamente fácil apontar alguns exemplos que confirmem tal facto.

Nesta linha de raciocínio, e de acordo com o Acórdão n.º 461/2011 do Tribunal Constitucional<sup>22</sup>, existem razões que se prendem com a evolução da sociedade e do Estado, que de liberal passou a

<sup>22</sup> Acórdão n.º 461/2011 do Tribunal Constitucional de 21 de dezembro, Processo n.º 366/11 (Diário da República, 2.ª série – N.º 243, pág. 49525).

intervencionista e regulador, que justificam as limitações no próprio processo penal.

Nos dias que correm, o sistema de justiça criminal assenta fundamentalmente na privação de um conjunto de direitos, liberdades e garantias. Contudo, nem sempre foi desta forma.

Antigamente, como é do conhecimento geral, a punição centrava-se principalmente no castigo do corpo, imperando o sofrimento visível, tortura e crueldade, acoplados a um conjunto de rituais que eram respeitados.

Na verdade, nos dias de hoje ainda ouvimos os nossos pais e avós relatarem situações em que, nas escolas primárias, as crianças eram sujeitas a castigos corporais ou a pesadas humilhações como forma de punição de erros cometidos em ambiente escolar. Não foi, portanto, há muito tempo que estas práticas, desarraigadas de uma série de princípios hoje constitucionalmente garantidos, eram comumente aceites na nossa e noutras sociedades.

Ora, a partir do início do século XIX, nos sistemas jurídicos mais evoluídos, a punição começou a implicar menor contacto físico com o corpo, passando a aplicar-se os trabalhos forçados e a reclusão como penalidade de atos contrários às normas jurídicas existentes.

Atualmente, salvo raras exceções nalgumas partes do mundo, normalmente em países mais fechados ao desenvolvimento, estas práticas constituem apenas e só meros factos históricos, como é exemplo a prisão de Guantánamo. A dignidade da pessoa humana, a presunção de inocência ou a proibição de autoincriminação constituem-se como um conjunto de princípios atualmente consideradas como regras base na maioria dos sistemas jurídicos.

Acrescente-se ainda, nesta breve anotação histórica, que este princípio encontra a sua origem no direito inglês, na *Magna Charta*, desde, pelo menos, 1679, e, no direito norte-americano, desde a *V Amendment*, em 1791<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> A este respeito, o princípio da não autoincriminação encontrava-se previsto na Constituição americana com a seguinte formulação: «*No person (...) shall be compelled in any criminal case to be witness against himself*» (Bravo, 2012, p. 10). Tradução: Nenhuma pessoa (...) pode ser obrigado em qualquer processo criminal a ser testemunha contra si mesmo.

Podemos em síntese afirmar que o princípio da não autoincriminação é comum ao processo penal contemporâneo continental e anglo-americano, sendo originariamente concebido como um «direito ao silêncio», um direito a guardar segredo sobre factos que possam incriminar o imputado, neste caso o arguido (Bravo, 2012, p. 10).

Em bom rigor, o princípio da não autoincriminação – *nemo tenetur se ipsum accusare* –, também designado por direito à não autoinculpação, não encontra uma consagração explícita na CRP, sendo comumente aceite que este princípio tem uma previsão constitucional implícita, derivante de outros direitos e princípios constitucionais. Conquanto, o princípio da proibição da autoincriminação encontra a sua base constitucional desde logo no sentido e alcance do Estado de Direito Democrático, ínsito no art.º 1º da Lei Fundamental e, além disso, acolhe intimamente as linhas orientadoras dos princípios constitucionalmente consagrados da dignidade humana<sup>24</sup>, da liberdade de ação<sup>25</sup> e da presunção de inocência<sup>26</sup>.

Ora, emanando este princípio da tutela jurídica de direitos fundamentais como a dignidade humana, a liberdade de ação e a presunção de inocência, a verdade é que estes princípios, ainda que decorrentes da Lei Fundamental, não são absolutos, verificando algumas limitações.

Em suma, o direito, ou até mesmo, a garantia à não autoincriminação – *nemo tenetur se ipsum accusare* – pode, em resumo, definir-se como o direito do arguido não ser obrigado a contribuir para a sua própria incriminação.

## (2) Âmbito de aplicação

Como já foi anteriormente exposto, o sistema jurídico-processual penal português ao assentar a sua arquitetura num esquema predominantemente acusatório, a prova assume um papel primacial em todo o processo.

---

<sup>24</sup> Cfr art.º 1.º da CRP.

<sup>25</sup> Cfr art.º 27.º, n.º 1 da CRP.

<sup>26</sup> Cfr. art.º 32.º, n.º 2 da CRP.



Neste seguimento, citando os ensinamentos de Guedes Valente, sublinhe-se que “o modelo garantista e humanista convertido no modelo do direito penal do ser humano (...) protetor efetivo da dignidade da pessoa humana como pedra angular na realização da justiça, não admite a valoração e respetiva utilização de todas as provas: só as que “não forem proibidas por lei”, entenda-se só as que não forem proibidas pela ordem jurídico-constitucional material válida” (Guedes Valente, 2013, p. 482).

Sobre a matéria da prova no âmbito das garantias do processo criminal, como já foi anteriormente referido, o legislador constitucional determinou no art.º 32.º, n.º 8 da CRP que “São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coação, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações”, configurando este preceito constitucional em conjugação com o art.º 1.º da CRP e art.º 125.º do CPP, o princípio da inadmissibilidade de provas contrárias à lei. Destarte, este princípio constitucional agora enunciado, além de não admitir provas obtidas por meios e métodos proibidos, inviabiliza também a utilização provas obtidas em desacordo com os princípios estruturantes do Direito, com os princípios gerais do Direito e, também, com os princípios gerais de cada ramo do direito, com especial ênfase ao direito penal e processual penal (Guedes Valente, 2013, p. 483).

Assim, a produção e obtenção de prova no processo penal estão sujeitas a um rigoroso conjunto de normas que, muitas vezes, dependem da ingerência em muitas parcelas da vida privada e, por isso, estão geralmente sujeitas à legitimação da autorização jurisdicional. É, portanto, no âmbito de diligências processuais como as buscas, revistas, exames, acareações, reconhecimentos, em que a obtenção de prova encontra-se inevitavelmente em confronto com os direitos fundamentais do visado, que se torna um exercício complexo de conhecer em concreto o limite e alcance do princípio *nemo tenetur se ipsum accusare*.

Segundo o douto Acórdão do Tribunal da Relação do Porto<sup>27</sup>, importa destacar estes dois pontos:

- “A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem tem-se vindo a cristalizar no sentido de que o direito à não autoincriminação ou autoinculpação nos processos criminais está ligado ao princípio da presunção da inocência do acusado, pelo que a acusação deve provar os factos sem recurso a prova obtida por via opressiva ou coerciva e com respeito pela vontade do acusado”; e
- Todavia, não se verifica a violação do direito de não autoincriminação quando são utilizadas em processo penal evidências que podem ser obtidas do acusado mediante o recurso a poderes coercivos, como obtenção, entre outros, de amostras de hálito, sangue, urina e tecidos corporais para realização de exame de ADN, desde que previstas em lei anterior aos factos”.

De todo o modo, a delimitação<sup>28</sup> deste princípio da não autoincriminação tem evoluído para uma configuração mais ampla do que originalmente concebido, ou seja, o “direito ao silêncio”, invadindo agora outros domínios como os da não obrigação do arguido a certas diligências e atos processuais, à entrega de documentos ou sujeição a diligências de prova ou a exames corporais de forma coerciva, e não autorizados por autoridade jurisdicional<sup>29</sup> (Ramos, 2009, pp. 19-22).

---

<sup>27</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 19 de Outubro de 2011, cujo relator o Desembargador Moisés Silva.

<sup>28</sup> Para uma perspetiva dessas novas dimensões do princípio *nemo tenetur*, cfr. AUGUSTO SILVA DIAS e VÂNIA COSTA RAMOS, O Direito à Não Autoinculpação (*Nemo Tenetur Se Ipsum Accusare*) no Processo Penal e Contraordenacional Português, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 19-22.

<sup>29</sup> A este respeito, atente-se para o conteúdo e as respetivas conclusões do Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 19 de Outubro de 2011, referente à recolha da amostra de sangue de um condutor em resultado de um acidente de viação:

- «Nos casos de acidentes de viação, a prova de que o condutor não estava alcoolizado é um elemento fáctico importante para a questão do apuramento da responsabilidade ou imputação do acidente. Esta prova só se consegue obter pela via invasiva da recolha de sangue, quando o método de recolha através do ar expirado não é possível, nos termos da lei.
- O arguido tem direito ao silêncio e à não auto-incriminação. Todavia, parece-nos que o direito ao silêncio tem em vista o direito do arguido não fazer ou não prestar declarações ou não colaborar na recolha de elementos de prova que o incriminem, sem estarem previstos em lei anterior à prática dos factos que preveja a sua obtenção de forma coerciva

Num apontamento conclusivo, e aproveitando o conteúdo do Ac. STJ de 5 de Janeiro de 2005, referente ao Processo n.º 3276/04<sup>30</sup>, enfatize-se que “o privilégio contra a autoincriminação, ou direito ao silêncio, significa que o arguido não pode ser obrigado, nem deve ser condicionado a contribuir para a sua própria incriminação, isto é, tem o direito a não ceder ou fornecer informações ou elementos que o desfavoreçam, ou a não prestar declarações, sem que do silêncio possam resultar quaisquer consequências negativas ou ilações desfavoráveis no plano da valoração probatória”.

### (3) A não autoincriminação em audiência de julgamento

Perante o enquadramento histórico e conceptual e conhecido o âmbito de aplicação do princípio da proibição de autoincriminação, pode agora afirmar-se, como adiante se estuda com um pouco maior detalhe, que a audiência de julgamento encontra-se intimamente ligada à garantia dos direitos de defesa, com especial enfoque para o direito ao contraditório, permitindo assim ao arguido discutir e contraditar a prova em julgamento. Ademais, o legislador da lei processual penal sentiu a preocupação de enfatizar o princípio do contraditório na audiência de julgamento ao estipular que o defensor do arguido, conforme estipula o art.º 360.º, n.ºs 1 e 2 do CPP, seja o último a usar da palavra, e que ao arguido seja dada a oportunidade de prestar as últimas declarações

---

ou sem o seu consentimento, nos termos pressupostos pelos artigos 18.º, 25.º e 32.º n.º 8 da CRP e 126.º do CPP, enquanto que no caso de recolha de sangue se está a praticar um ato imprescindível para a descoberta da verdade material, sem o qual não é possível descortiná-la, devidamente previsto em lei prévia à prática dos factos – artigos 152.º a 156.º do CE e demais legislação regulamentar - e sem ferir de forma desproporcional ou intolerável os direitos e garantias do arguido.

- A recolha de sangue prevista na lei não visa lesar qualquer interesse específico do arguido, mas apenas permitir a realização de uma perícia médico-legal, sem violação intolerável da sua dignidade enquanto ser humano ou a sua integridade física ou moral.
- Neste contexto, entendemos que não viola a integridade física e moral do arguido a recolha da amostra de sangue que lhe foi efetuada, sem o seu consentimento, por não ter sido possível a realização de prova por pesquisa de álcool no ar expirado, após acidente de viação em que interveio, pelo que não se mostram violados os artigos 25.º e 32.º n.º 8 da CRP, nem o art.º 126.º do CPP.
- A recolha de amostra de sangue no hospital constituiu um meio de obtenção de prova legal e o resultado obtido através no Instituto Nacional de Medicina Legal, que efetuou a pesquisa quantitativa de álcool no sangue do arguido, constitui também um meio de prova legal, a qual foi bem valorada na sentença e não é inconstitucional.».

<sup>30</sup> In [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

antes do encerramento do debate em sede de julgamento, conforme previsto no art.º 361.º do CPP.

Ora, na senda dos ensinamentos de Costa Andrade, em termos de liberdade de declaração, o princípio da não autoincriminação – *nemo tenetur se ipsum accusare* – pode ser percecionado numa dimensão positiva e noutra negativa.

Na vertente *positiva* deste princípio, a liberdade de declaração garante ao arguido o direito de intervenção e de audição, dando-lhe a oportunidade de confrontar os factos que lhes são imputados. *A contrario sensu*, na perspetiva *negativa*, o princípio da não autoincriminação garante ao arguido uma proteção contra o exercício impróprio de poderes coercivos para obtenção de uma colaboração forçada na autoincriminação, nomeadamente mediante a utilização de meios engenhosos ou coação (Costa Andrade , 1992, p. 120 e ss).

Mais concretamente e continuando neste rumo, Costa Andrade refere que “(...) a não caírem sob a censura direta da tortura ou coação, as provas obtidas em contravenção do princípio *nemo tenetur*, configurarão inescapavelmente um atentado à integridade moral da pessoa. E um atentado particularmente qualificado, na medida em que redundará na degradação da pessoa em mero objeto ou instrumento contra si própria numa área onde cabe assegurar a expressão da plena liberdade e autorresponsabilidade» (Costa Andrade , 1992, p. 126).

Em suma, e agora ancorado na ideia de Guedes Valente, podemos afirmar que o exercício da ação penal deve trilhar um caminho transparente e não é compatível com métodos de obtenção de prova contrários à lei, à ordem pública, ao Direito ou em violação dos princípios democráticos e da lealdade (Guedes Valente, 2013, p. 484).

## CAPÍTULO III - O JULGAMENTO

*A boa justiça depende essencialmente da prudência e empenho das pessoas que têm por função a aplicação das leis e menos, muito menos, dos textos legais*

(Germano Marques da Silva, 2007)

### a. Enquadramento

O julgamento, como fase solene do processo penal, vem regulado nos artigos 311.º a 364.º do CPP.

Ora, a palavra “julgamento” deriva do latim *judicare* e significa “ato ou efeito de julgar; exame; apreciação” (Leitão, 2005, p. 38).

Destarte, o julgamento pode também ser definido como um “ato de julgar” e “fase do processo penal em que é produzida a prova, geralmente em audiência pública e, no final, proferida sentença, condenatória ou absolutória” (Eiras & Fortes, 2006, p. 226).

De todo o modo, acrescente-se ainda e como certamente preconiza Germano Marques da Silva, “A boa justiça depende essencialmente da prudência e empenho das pessoas que têm por função a aplicação das leis e menos, muito menos, dos textos legais” (Germano Marques da Silva, 2007, p. 137).

O tribunal ao receber a acusação por parte do MP ou o despacho de pronúncia para os casos em que decorreu a fase de instrução, dá início à produção de prova, orientada principalmente pelos princípios da oralidade e do contraditório. Todavia, convém referir que, conforme propugna o art.º 355.º do CPP, em julgamento não valem “...nomeadamente para efeitos de convicção do tribunal, quaisquer provas que não tiverem sido produzidas ou examinadas em audiência”.

Por fim, o Tribunal proferirá a sentença, que decidirá uma sentença condenatória ou absolutória, conforme designam os artigos 375.º e 376.º do CPP, respetivamente.

### b. Princípios

Podemos, em termos muito gerais, referir que para o processo penal os princípios constituem as suas grandes orientações, formando um travejamento filosófico básico e fundamental que o enformam (Andrade, 2010, p. 17).

Segundo os ensinamentos vertidos na doutrina processual penal, o julgamento rege-se diretamente por um conjunto de princípios. Neste desiderato, importa realizar um breve excuro aos princípios que, no âmbito da fase de julgamento, merecem um maior enfoque.

### (1) Livre apreciação da prova

Este princípio está centrado na matéria da prova do processo penal e encontra, de forma mais direta, a sua previsão legal no art.º 127.º do CPP<sup>31</sup> que estabelece que “Salvo quando a lei dispuser diferentemente, a prova é apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção da entidade competente”.

Acrescente-se, através do grande legado de Cavaleiro de Ferreira, que a livre convicção “é um meio de descoberta da verdade, não uma afirmação infundada da verdade. É uma conclusão livre, porque subordinada à razão e à lógica, e não limitada por prescrições formais exteriores” (Ferreira, 1996, p. 298).

Depreende-se, assim, que, por norma, perante os factos em concreto, o julgador aprecia e valora a prova através de regras de vida, da experiência e de acordo com o seu livre convencimento. *A contrario sensu*, conclui-se que o julgador não aprecia a prova em função de qualquer critério hierárquico dos diferentes meios de prova.

### (2) Publicidade

Trata-se de um princípio constitucional, plasmado no art.º 206.º da CRP, ao referir expressamente que “As audiências dos tribunais são públicas,

---

<sup>31</sup> Sobre o Princípio da Livre Apreciação da Prova e do art.º 127.º do CPP, assinale-se o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 31-01-2011, Processo n.º 1149/08.7GAEPS.G2 que se transcreve nas partes com interesse:

“(…) 2 - O art. 127º do Código de Processo Penal consagra o princípio da livre apreciação da prova que não deve ser entendido como uma operação puramente subjectiva pela qual se chega a uma conclusão unicamente por meio de conjecturas de difícil ou impossível objectivação, traduzindo antes uma valoração racional e crítica, de acordo com as regras comuns da lógica, da razão, das máximas da experiência e dos conhecimentos científicos, que permita objectivar a apreciação, requisito necessário para uma efectiva motivação da decisão;

3 - A vertente negativa de tal princípio impõe que a entidade decisória não deve obediência a quaisquer cânones legalmente pré-estabelecidos enquanto que a vertente positiva tem implícita a ideia que os factos são dados como provados, ou não, de acordo com a íntima convicção do julgador, face ao material probatório validamente constante do processo (...).”

salvo quando o próprio tribunal decidir o contrário...”. Ou seja, significa que o público pode assistir à realização dos atos processuais e que estes podem ser narrados ou reproduzidos pelos órgãos de comunicação social, com as restrições previstas na lei (Gonçalves, 1999, p. 586).

Na verdade, acrescente-se que a partir da reforma penal de 2007, o princípio da publicidade passou a imperar como regime regra, tanto na fase de julgamento como também na fase de inquérito, conforme se encontra estipulado no art.º 86.º, n.º 1 do CPP

### (3) Verdade material

O princípio da verdade material, também denominado por muitos autores<sup>32</sup> como princípio da investigação, está intimamente ligado à produção de prova em processo penal. Ora, o art.º 340.º, n.º 1 do CPP refere que “O tribunal ordena, oficiosamente ou a requerimento, a produção de todos os meios de prova cujo conhecimento se lhe afigure necessário à descoberta da verdade e à boa decisão da causa”.

O juiz tem, segundo este princípio, o poder-dever de esclarecer e instruir autonomamente os factos sujeitos a julgamento, independentemente dos contributos da acusação e defesa. Portanto, o juiz é livre de investigar em busca da verdade material, não estando limitado à prova que lhe é apresentada (Eiras & Fortes, 2006, p. 289 e 293).

### (4) Contraditório

Trata-se de um princípio de grande importância no processo penal, muito em especial na fase do julgamento. Encontra a consagração constitucional no art.º 32.º, n.º 5 da CRP, determinando que “O processo criminal tem estrutura acusatória, estando a audiência de julgamento e os actos instrutórios que a lei determinar subordinados ao princípio do Contraditório”.

---

<sup>32</sup> Como por exemplo: Germano Marques da Silva, Figueiredo Dias e Cavaleiro Ferreira.



Concomitantemente, o CPP preconiza no art.º 327.º, n.º 2 que “Os meios de prova apresentados no decurso da audiência são submetidos ao princípio do contraditório, mesmo que tenham sido oficiosamente produzidos pelo tribunal”, ou seja, nenhuma decisão pode ser tomada pelo juiz sem que previamente tenha sido dada a possibilidade ao sujeito processual contra a qual é dirigida, de a discutir, a contestar ou a valorar.

De acordo com Paulo Pinto de Albuquerque, o princípio do contraditório consiste no facto de “qualquer sujeito ou participante processual dever ser ouvido sobre as questões em que for interessado ou que o afetem e, designadamente, sobre a produção dos meios de prova” (Albuquerque, 2009, p. 46 e 47)<sup>33</sup>.

No processo penal, especialmente durante a audiência de julgamento e atos instrutórios que a lei determinar, o princípio do contraditório é assegurado pela CRP, de tal forma que só as provas produzidas sob esta consideração do contraditório na audiência de julgamento, podem servir de sustentação para uma eventual condenação (Ristori, 2007).

Em suma, como refere Germano Marques da Silva, “do debate e da discussão nasce a luz”<sup>34</sup>. Perante o que foi realçado, o princípio do contraditório representa o direito que tanto a acusação como a defesa têm em esgrimir os seus argumentos perante o Tribunal, em prol da justiça e que, na audiência de julgamento, estritamente ligada à garantia dos direitos de defesa, o arguido pode discutir todos os factos e questões colocadas no processo, contraditar todos os elementos de prova e argumentos jurídicos em debate.

#### (5) Concentração

Este princípio significa que os atos processuais devem ser praticados tanto quanto possível, unitária e continuamente, concentrados no espaço e no tempo (Eiras & Fortes, 2006, p. 284).

<sup>33</sup> Neste sentido, quanto ao princípio do Contraditório pode ler-se: (Germano Marques da Silva, 2013), (Figueiredo Dias, 2007) e (Guedes Valente, 2010).

<sup>34</sup> In II Seminário Internacional de Ciências Policiais e Política Criminal, realizado a 10 e 11 de dezembro de 2014 no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.



É um princípio que visa garantir a realização de uma justiça penal atempada e eficaz, impondo um andamento rápido da audiência. Este princípio encontra-se a sua sustentação na lei processual penal principalmente no art.º 328.º do CPP – continuidade da audiência –, no art.º 312.º – data da audiência – e art.º 373.º do CPP – leitura da sentença (Gonçalves, 1999, p. 586).

#### (6) Oralidade

Muito sinteticamente trata-se de um princípio em que os atos processuais devem ser praticados na presença dos participantes processuais, oralmente. Sendo a prova produzida oralmente, esta pode ser registados para efeitos de controlo (Eiras & Fortes, 2006, p. 290).

O princípio da oralidade encontra-se previsto nos artigos 96.º, n.º 1 e 360.º, ambos do CPP.

A oralidade é um princípio de democracia e de transparência de modo a promover uma justiça material mais justa.

#### (7) Imediação

Este é um princípio de extrema relevância no processo penal, principalmente no que respeita à audiência de julgamento. Encontra cobertura legal no art.º 355.º, n.º 1 do CPP, estatuiendo-se que “Não valem em julgamento nomeadamente para o efeito de formação da convicção do Tribunal, quaisquer provas que não tiverem sido produzidas ou examinadas em audiência”. Trata-se, portanto de uma prova produzida *face to face*, “olhos nos olhos”.

O princípio da imediação significa que a decisão jurisdicional só pode ser proferida por quem tenha assistido à produção das provas e discussão da causa. É, portanto, a partir desde princípio que se privilegia o contacto entre o julgador e a prova, que decorre a ineficácia de depoimentos indiretos, conforme o disposto no art.º 129.º, n.º 1, art.º 130.º e art.º 138.º, n.º 1, todos do CPP.

### c. Principais atores processuais

#### (1) Tribunal

Como já foi referido no presente estudo, os tribunais, órgãos de soberania, *administram a justiça em nome do povo*<sup>35</sup>.

Os tribunais judiciais, como sujeitos do processo penal, “são os órgãos competentes para decidir as causas penais e aplicar penas e medidas de segurança criminais”, e “administram a justiça penal de acordo com a lei e o direito”, como elucidam, respetivamente, os artigos 8.º e 9.º, n.º 1, ambos do CPP.

Dependentemente, em regra, da moldura penal do crime, o julgamento pode ser realizado num tribunal singular, tribunal coletivo ou tribunal de júri.

A lei processual penal estabelece no art.º 16.º, n.º 2 do CPP que o tribunal singular tem competência para julgar os processos relativos aos crimes “previstos no capítulo II do título V do livro II do Código Penal”<sup>36</sup>, ou “cuja pena máxima, abstratamente aplicável, seja igual ou inferior a 5 anos de prisão” ou “que devam ser julgados em processo sumário”. Acrescente-se, neste particular, que o disposto no art.º 16.º, n. 3 do CPP por remissão ao art.º 14.º do CPP impõe que, em concreto, o tribunal singular não pode aplicar uma pena superior a 5 anos de prisão.

No que diz respeito ao tribunal coletivo, à luz do art.º 14.º do CPP, tem competência para julgar processos “que, não devendo ser julgados pelo tribunal do júri, respeitarem a crimes previstos no título III e no capítulo I do título V do livro II do Código Penal”<sup>37</sup> e na Lei Penal

<sup>35</sup> Cfr. art.º 202.º CRP.

<sup>36</sup> O Título V refere-se aos crimes contra o Estado e o Capítulo II aos crimes contra a Autoridade Pública. Dentro deste Capítulo II, encontram-se os crimes “Da resistência, desobediência e falsas declarações à autoridade pública” (art.º 347.º - Resistência e coacção sobre funcionário; art.º 348.º - Desobediência; art.º 348.º-A - Falsas declarações), “Da tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal” (art.º 349.º - Tirada de presos; art.º 350.º - Auxílio de funcionário à evasão; art.º 351.º - Negligência na guarda; art.º 352.º - Evasão; art.º 353.º - Violação de imposições, proibições ou interdições; art.º 354.º - Motim de presos), “Da violação de providências públicas” (art.º 355.º - Descaminho ou destruição de objectos colocados sob o poder público; art.º 356.º - Quebra de marcas e de selos; art.º 357.º - Arrancamento, destruição ou alteração de editais) e “Usurpação de funções” (art.º 358.º - Usurpação de funções).

<sup>37</sup> O Título III refere-se aos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal e o Capítulo I aos crimes contra a segurança do Estado. Dentro deste Capítulo I, encontram-se os “crimes contra a soberania nacional” (art.º 308.º - Traição à Pátria; art.º 316.º - Violação de segredo de Estado; art.º 317.º - Espionagem; art.º 318.º - Meios de prova de interesse nacional; art.º 319.º - Infidelidade

Relativa às Violações do Direito Internacional Humanitário” e processos que, “não devendo ser julgados pelo tribunal singular, respeitarem a crimes: dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa e não devam ser julgados em processo sumário; ou cuja pena máxima, abstratamente aplicável, seja superior a 5 anos de prisão mesmo quando, no caso de concurso de infrações, seja inferior o limite máximo correspondente a cada crime e não devam ser julgados em processo sumário”.

Referentemente ao tribunal do júri, o disposto no art.º 207.º, n.º 1 da CRP estabelece que “O júri, nos casos e com a composição que a lei fixar, intervém no julgamento dos crimes graves, salvo os de terrorismo e os de criminalidade altamente organizada, designadamente quando a acusação ou a defesa o requeiram”.

De acordo com a lei processual penal, ao tribunal de júri compete-lhe julgar, de acordo com a norma do art.º 13.º, n.º 1 do CPP “os processos que, tendo a intervenção do júri sido requerida pelo Ministério Público, pelo assistente ou pelo arguido, respeitarem a crimes previstos no título III e no capítulo I do título V do livro II do Código Penal<sup>38</sup> e na Lei Penal Relativa às Violações do Direito Internacional Humanitário” e, com base no n.º 2 do mesmo artigo “os processos que, não devendo ser julgados pelo tribunal singular e tendo a intervenção do júri sido requerida pelo Ministério Público, pelo assistente ou pelo arguido, respeitarem a crimes cuja pena máxima, abstratamente aplicável, for superior a 8 anos de prisão”.

---

diplomática; art.º 320.º - Usurpação de autoridade pública portuguesa; art.º 321.º - Entrega ilícita de pessoa a entidade estrangeira), “crimes contra Estados estrangeiros e organizações internacionais” (art.º 322.º - Crimes contra pessoa que goze de protecção internacional; art.º 323.º - Ultraje de símbolos estrangeiros; art.º 324.º), “crimes contra a realização do Estado de direito” (art.º 325.º - Alteração violenta do Estado de direito; art.º 326.º - Incitamento à guerra civil ou à alteração violenta do Estado de direito; art.º 327.º - Atentado contra o Presidente da República; art.º 328.º - Ofensa à honra do Presidente da República; art.º 329.º - Sabotagem; art.º 330.º - Incitamento à desobediência colectiva; art.º 331.º - Ligações com o estrangeiro; art.º 332.º - Ultraje de símbolos nacionais e regionais; art.º 333.º - Coacção contra órgãos constitucionais; art.º 334.º - Perturbação do funcionamento de órgão constitucional; art.º 335.º - Tráfico de influência), “crimes eleitorais” (art.º 336.º - Falsificação do recenseamento eleitoral; art.º 337.º - Obstrução à inscrição de eleitor; art.º 338.º - Perturbação de assembleia eleitoral; art.º 339.º - Fraude em eleição; art.º 340.º - Coacção de eleitor; art.º 341.º - Fraude e corrupção de eleitor; art.º 342.º - Violação do segredo de escrutínio).

<sup>38</sup> Idem.

Por fim, acrescenta-se ainda que para administração da justiça o tribunal está investido de poderes de disciplina e de direção, conforme estão previstos no art.º 323.º do CPP.

## (2) Juiz de instrução

O Estatuto dos Magistrados Judiciais<sup>39</sup> esclarece que os juízes dos tribunais judiciais “constituem a magistratura judicial, formam um corpo único” e têm a função de “administrar a justiça de acordo com as fontes a que, segundo a lei, deva recorrer e fazer executar as suas decisões”, conforme se encontra preconizado nos artigos 1.º e 3.º do aludido estatuto.

Doutro passo, conforme refere o art.º 17.º do CPP<sup>40</sup>, ao juiz de instrução compete “proceder à instrução, decidir quanto à pronúncia e exercer todas as funções jurisdicionais até à remessa do processo para julgamento”.

Ademais, cabe também ao juiz de instrução a direção instrutória do processo criminal, assistido pelos OPC, conforme esclarecem os artigos 288.º, n.º 1, 290.º, n.º 2 do CPP e artigos 2.º e 8.º, n.º 7 da LOIC.

Por fim, no que concerne ao inquérito, o juiz de instrução tem uma intervenção residual, atuando por iniciativa própria ou a requerimento do MP, do arguido, do assistente ou da autoridade de polícia criminal, em caso de urgência ou de perigo na demora, conforme propugnam os artigos 268.º e 269.º do CPP.

## (3) Ministério Público

O Ministério Público, nas palavras de Paulo Pinto de Albuquerque, “é um órgão autónomo de administração da justiça que não exerce uma função judicial. A sua atividade visa a descoberta da verdade e a realização do direito, colaborando com o tribunal para a realização desses fins” (Albuquerque, 2010, p. 63).

<sup>39</sup> Cfr. Lei n.º 21/85, de 30 de Julho.

<sup>40</sup> A este respeito, refira-se também o art.º 79.º, n.º 1 da Lei n.º 21/85 de 30 de Junho (Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais) e a Lei da Organização do Sistema Judiciário vertida na Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto.

A lei constitucional estabelece no art.º 219.º, n.º 1 da CRP que “Ao Ministério Público compete representar Estado e defender os interesses que a lei determinar, bem como (...) participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática”<sup>41</sup>.

Ancorado na ideia de que “O Ministério Público goza de estatuto próprio e de autonomia, nos termos da lei”<sup>42</sup>, frise-se que a lei processual penal assegura ao MP a competência de “colaborar com o tribunal na descoberta da verdade e na realização do direito, obedecendo em todas as intervenções processuais a critérios de estrita objectividade”, conforme o art.º 53.º, n.º1 do CPP. Ainda na senda do deste artigo, agora no seu n.º 2, o MP tem competência especial para “receber as denúncias, as queixas e as participações e apreciar o seguimento a dar-lhes”, “dirigir o inquérito”, “deduzir acusação e sustentá-la efectivamente na instrução e no julgamento”, “interpor recursos, ainda que no exclusivo interesse da defesa” e “promover a execução das penas e das medidas de segurança”.

Relativamente ao inquérito, este é dirigido pelo MP, ainda que coadjuvado pelos OPC, conforme institui o art.º 263.º, n.º 1 do CPP e, para tal, “pratica os actos e assegura os meios de prova necessários”, conforme prescreve o art.º 267.º, n.º 1 do CPP.

Por fim, acrescente-se, ainda, que o MP, no exercício da ação penal, está subordinado ao princípio do acusatório<sup>43</sup>, cabendo ao MP, ou seja, ao Estado, o ónus da prova para os crimes de natureza pública ou semipública, enquanto que nos crimes particulares essa tarefa cabe ao assistente que se constitui no processo.

---

<sup>41</sup> A este respeito, refira-se que art.º 1.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98 de 27 de Agosto) também prevê que o MP “... representa o Estado, defende os interesses que a lei determinar, participa na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exerce a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defende a legalidade democrática, nos termos da Constituição, do presente Estatuto e da lei”.

<sup>42</sup> Cfr. art.º 219.º, n.º 2 da CRP.

<sup>43</sup> Cfr. art.º 32.º, n.º 5 da CRP.

#### (4) Defensores

O defensor pode ser definido como sendo o advogado que, por escolha do interessado ou nomeação oficiosa, faz valer os direitos daquele perante as autoridades administrativas ou judiciais (Eiras & Fortes, 2006, p. 126).

No âmbito dos direitos fundamentais, o legislador constitucional, através do art.º 20.º, n.º 2 da CRP, determinou que “Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade”.

Neste contexto, Germano Marques da Silva elucida que “o direito a de todos a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade visa o exercício esclarecido dos direitos de cada um, por uma parte, e prevenir eventuais abusos do exercício dos poderes de autoridade e ofensivos dos cidadãos que perante elas comparecem para o exercício de direitos ou cumprimento de deveres, por outra, mas reflexamente assegura também a transparência do exercício do poder e defende as autoridades contra acusações e suspeitas infundadas de utilização de meios inadequados ou ilícitos” (Germano Marques da Silva, 2001, p. 123 e ss).

A matéria referente aos defensores vem consignada principalmente a partir do art.º 62.º do CPP<sup>44</sup>. Este artigo, no seu n.º 1, garante que o arguido pode “constituir advogado em qualquer altura do processo”<sup>45</sup> e, perante o preconizado no n.º 1 do art.º 63.º do CPP, “o defensor exerce os direitos que a lei reconhece ao arguido, salvo os que ela reservar pessoalmente a este”. Por fim, refira-se que o art.º 64.º do CPP enumera os casos de obrigatoriedade de defensor.

---

<sup>44</sup> Redação dada pela Lei n.º 48/2007, de 29AGO, que revoga os n.ºs 2 e 3 do art.º 62.º, deixando de ser possível a nomeação de defensor por Autoridade de Polícia Criminal.

<sup>45</sup> Ainda sobre este assunto, importa referir que a nomeação de defensor rege-se por diploma próprio, a Lei 34/2004, de 29 de Julho, republicado em agosto de 2007 pela Lei 47/2007 de 28 de agosto.

## (5) Arguido

Mesmo sem uma definição legal direta<sup>46</sup>, a figura do arguido, como sujeito processual, vem prevista a partir do art.º 57.º do CPP. O n.º 1 deste artigo refere que “assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal” e, o n.º 2 do mesmo artigo estabelece que esta qualidade conserva-se em todo o processo.

Na esteira de Germano Marques da Silva, o arguido “é a pessoa que é formalmente constituída como sujeito processual e relativamente a quem corre processo como eventual responsável pelo que constitui o seu objeto” (Germano Marques da Silva, 2000, p. 386).

De todo o modo, adite-se que os artigos 58.º e 59.º, ambos do CPP, referem-se às situações que impõe a constituição de arguido, ao passo que os artigos 60.º e 61.º do CPP estabelecem a posição processual e o estatuto do arguido, com um de direitos e deveres.

Para finalizar, destaca-se que ao longo dos tempos, o estatuto de arguido tem sido sujeito a diversas alterações conducentes à ideia de lhe atribuir maior dignidade, numa redefinição evolutiva dos direitos, liberdades e garantias.

## (6) Testemunha

De acordo com Luís de Sousa, “a testemunha persiste como pedra angular no processo. Todavia, o testemunho sem erros é uma exceção. A memória é distorcida por fatores endógenos e exógenos à testemunha” (Sousa, 2013).

A qualidade de testemunha vem contemplada no CPP, especificamente a partir art.º 128.º no que concerne aos Meios de Prova, mormente a prova testemunhal.

---

<sup>46</sup> A este respeito, refira-se que o CPP de 1929, no art.º 251.º definia arguido como sendo “aquele sobre quem recaia forte suspeita de ter perpetrado uma infração, cuja existência esteja suficientemente comprovada”.



A prova testemunhal, como certamente menciona Othmar Jauernig<sup>47</sup>, é a pior das provas, sendo também a mais frequente (Jauernig, 1998, p. 289).

Ainda, na esteira de Manuel de Andrade, a testemunha<sup>48</sup> é definida como “toda a pessoa que, não sendo parte na causa nem seu representante, é chamada a dizer o que sabe acerca de todos ou alguns dos factos em litígio” (Andrade, 1976, p. 272).

Neste contexto, pode afirmar-se que, muitas vezes, a testemunha assume-se como os olhos e ouvidos da justiça, sendo através dela que o juiz vê e ouve os factos que aprecia (Germano Marques da Silva, 2008, p. 162).

Doutro passo, no que concerne à capacidade de testemunhar, o art.º 131.º, n.º 1 do CPP estabelece que “Qualquer pessoa que se não encontrar interdita por anomalia psíquica tem capacidade para ser testemunha e só pode recusar-se nos casos previstos na lei”, ao passo que, no art.º 616.º do Código de Processo Civil vem plasmado que “têm legitimidade para depor como testemunhas todos aqueles que, não estando interditos por anomalia psíquica, tiverem aptidão física e mental para depor sobre os factos que constituam objeto de prova”, cabendo naturalmente ao juiz avaliar o estado da pessoa.

Adite-se ainda que a qualidade de testemunha, além de ter associado um conjunto de direitos e deveres, conforme estipula o art.º 132.º do CPP, e dos quais se destaca o dever de verdade preconizado na alínea d) do referido artigo, está também sujeita, de acordo com o art.º 133.º CPP, a um conjunto de circunstâncias que a impedem de depor e, da mesma forma, a uma série de situações de recusa de depoimento, conforme estabelecido no art.º 134.º do CPP<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> Prestigiado advogado alemão e professor universitário (12 de maio de 1927 a 07 de abril de 2014), fonte: [http://de.wikipedia.org/wiki/Othmar\\_Jauernig](http://de.wikipedia.org/wiki/Othmar_Jauernig).

<sup>48</sup> A palavra testemunha deriva do latim *testis* e tem a sua origem nas palavras “*antesto, antisto*”, consistindo na pessoa que se coloca diretamente perante o objeto e conserva a sua imagem como mero espetador (Germano Marques da Silva, 2008, p. 161).

<sup>49</sup> A este respeito, adite-se que no âmbito do segredo profissional, previsto no art.º 135.º, n.º 1 do CPP, os “*ministros de religião ou confissão religiosa e os advogados, médicos, jornalistas, membros de instituições de crédito e as demais pessoas a quem a lei permitir ou impuser que guardem segredo podem escusar-se a depor sobre os factos por ele abrangidos*”.



## (7) Órgão de Polícia Criminal

Para Figueiredo Dias, a razão de ser da Polícia é a “manutenção da ordem e a preservação da segurança e da tranquilidade pública” (Figueiredo Dias, 2004, pp. 397).

No mesmo sentido, para Guedes Valente toda a Polícia, onde se incluem as Autoridades e os Órgãos de Polícia Criminal, é a atividade auxiliar da administração da justiça como órgão de coadjuvação da Autoridade Judiciária, apesar da sua autonomia orgânica e hierárquica (Guedes Valente, 2013, p. 260).

Pela natureza e especificidade das funções, o OPC tem características e emoções bastante diferentes da “testemunha comum”, conforme bem elucidada um breve trecho de Francisco Moita Flores no seu livro *O Bairro da Estrela Polar*:

*Augusto e Carlos, seguidos dos inspetores que restavam, entraram de rompante de armas empunhadas. A morte de um colega e outro ferido com gravidade punha um ponto final no respeito pelo direito. A raiva era maior do que a norma que o Estado lhes impunha. Não existe lei que comande a desordem emocional. Os homens criam-na para ser aceite por pensamentos adequados ditados pela razão. O direito não conhece o campo de batalha nem a explosão de emoções que rebenta como fogo-de-artifício de mil cores, que é medo e ódio, pranto e crueldade, forma de morte e de vida intensa... (Moita Flores 2012, p. 327).*

Perante a lei, os OPC são “meras” testemunhas em sede da audiência de julgamento ou testemunhas dotadas de um estatuto especial? Devem os Polícias, enquanto testemunhas, merecer um tratamento diferenciado devido à sua qualidade de OPC?

Ora, assumindo-se que o OPC não contempla, à partida, um verdadeiro papel de ator independente no âmbito do julgamento, pensa-se, mesmo assim, trazer à colação e de forma autonomizada alguns considerandos julgados pertinentes ao estudo.

A lei processual penal no seu art.º 1.º, n.º 1 al. c) do CPP, estabelece que os OPC são “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a

cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código”<sup>50</sup>.

Na esteira de Paulo dá Mesquita, “as coordenadas de intervenção processual dos órgãos de polícia criminal estabelecem-se entre a prevenção e a repressão e, no quadro da perseguição criminal, entre a iniciativa própria e actividade por encargo” (Mesquita, 2004, p. 31).

Neste contexto, no que concerne às competências dos OPC no âmbito da investigação criminal, a LOIC clarifica no art.º 2.º, n.ºs 1, 2, 4 e 7 que a autoridade judiciária competente é coadjuvada pelos OPC.

Importa tecer um breve apontamento à expressão *coadjuvação* que é uma imposição do art.º 202.º, n.º 3 da CRP. Na verdade, coadjuvação, por impor à Polícia um dever jurídico, vai muito para além dos conceitos de assistência, colaboração ou cooperação<sup>51</sup>.

Consequentemente, a lei processual penal operacionaliza este dever de coadjuvação por parte dos OPC às autoridades judiciárias competentes. Assim, os OPC são coadjuvantes do MP na realização do inquérito e “actuam, no processo, sob a direcção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional”, conforme confirmam os artigos 56.º e 263.º, ambos do CPP. Sublinhe-se que os OCP “actuam no processo sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente”, mas “sem prejuízo da respectiva organização hierárquica”, e “no âmbito da autonomia técnica e táctica”<sup>52</sup> conforme elucida o art.º 2.º, n.ºs 4 e 5 da LOIC .

Ora, ainda em matéria de competência, o art.º 55.º do CPP refere que os OCP são competentes para “coadjuvar as autoridades judiciárias com vista à realização das finalidades do processo”<sup>53</sup> e “mesmo por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas

---

<sup>50</sup> A título informativo, as Autoridades de Polícia Criminal (APC) são os diretores, oficiais, inspetores e subinspetores de polícia e todos os funcionários policiais a quem as leis respectivas reconhecerem aquela qualificação – art.º1, n.º 1, al. d) do CPP.

<sup>51</sup> Para maior aprofundamento desta questão, deve ler-se em: (Guedes Valente, 2004) e (Guedes Valente, 2012).

<sup>52</sup> Esclareça-se que, segundo o art.º 2º, nº 6 da LOIC, a Autonomia Técnica assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a Autonomia Tática consiste na escolha do tempo, lugar e modo adequados à prática dos atos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos OPC.

<sup>53</sup> Segundo o art.º 262º, nº 1 do CPP são: “...a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas...”.

consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os actos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova”.

Ainda no âmbito das competências dos OPC, deve referir-se que na fase da instrução estes são coadjuvantes do juiz de instrução criminal, conforme preconizam as normas estabelecidas nos artigos 288.º e 290.º, n.º 2, ambos do CPP.

Neste seguimento, é ainda importante deixar a relevante nótula de que os OPC têm, no âmbito da lei processual penal, um conjunto de competências legais, mesmo que em grande parte subordinadas à autorização judiciária, em diversas matérias relativas, entre outras, à obtenção dos meios de prova<sup>54</sup>, medidas cautelares e de polícia<sup>55</sup>, realização do inquérito<sup>56</sup> com atos delegados pelo MP e a assistência ao juiz quando exista a fase de instrução<sup>57</sup>.

Ainda no âmbito das atribuições especiais que o processo penal confere aos OPC, Guedes Valente preconiza que estes não possuem natureza originariamente judicial, mas apresentam-se como uma das autoridades de coadjuvação (Guedes Valente, 2004, p. 11).

No mesmo rumo, para Guedes Valente o Ministério Público e a Polícia estão ao serviço de todos os cidadãos e ambos estão incumbidos, em esferas próprias, de defender a legalidade democrática (Guedes Valente, 2013, p. 359).

Em suma, desde o momento da notícia do crime até à audiência de julgamento, os OPC têm uma participação bastante intensa no processo criminal, assumindo um destaque decisivo na convicção do tribunal e na administração da justiça.

Ora, na prática e perante os considerandos aduzidos, pode referir-se que aos OPC acresce uma responsabilidade superior na verdadeira fase do processo penal, a audiência de julgamento. Todavia, a lei não atribui, de forma clara, uma diferenciação a este tipo de testemunhas, tratando-as e considerando-as em teoria como “testemunhas comuns” sujeitas aos mesmos direitos e deveres que a lei processual penal estabelece,

---

<sup>54</sup> Cfr. artigos 171.º e s do CPP.

<sup>55</sup> Cfr. artigos 248.º e ss do CPP.

<sup>56</sup> Cfr. artigos 262.º e ss do CPP.

<sup>57</sup> Cfr. artigos 286.º e ss do CPP.

mesmo possuindo a grande responsabilidade, conforme defende Guedes Valente, de *“serem os braços e os olhos das Autoridades Judiciárias na prossecução da investigação criminal que tem com fim último a realização do Direito nas prossecuções da defesa da sociedade”* (Guedes Valente, 2013, p. 485).

## CAPÍTULO IV - A AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO

*(...) a arquitetura dos Tribunais são desconfortáveis (...) principalmente se [o inquiridor] for pouco simpático, ríspido ou ameaçador; acrescente-se o fator ansiedade que pode precipitar o depoente em conclusões que fora desse estado, não extrairia.*

**Pinto de Abreu**

### a. Enquadramento

A palavra “audiência” deriva do latim *audientia* e significa “ato de ouvir ou dar atenção a quem nos fala; recepção dada por uma autoridade às pessoas que pretendem falar-lhe” (Leitão, 2005, p. 168).

Numa de entre várias definições jurídicas, a Audiência de Julgamento pode definir-se como uma “sessão do tribunal destinada a apreciar e decidir causas criminais” (Eiras, *et al.*, 2006, p. 45).

Na verdade, como já foi mencionado ao longo do presente estudo, o ordenamento jurídico português estabelece, sob pena de nulidade insanável, que a audiência de julgamento é pública, conforme se encontra previsto no art.º 206.º da CRP e art.º 86.º, n.º 1 do CPP. Contudo, ressaltam-se deste princípio os casos em que o juiz decidir, com base nos artigos 87.º e 321.º ambos do CPP, a exclusão ou a restrição da publicidade, ficando esta decisão incluída na ata de audiência de julgamento, conforme prevê o art.º 362.º, n.º 1 al. e) do CPP, não abrangendo, porém e em caso algum, a exclusão da publicidade na leitura da sentença, como impera a norma ínsita no art.º 87.º, n.º 5 do CPP.

Concomitantemente, interessa também referir que, à luz do art.º 328.º do CPP, a audiência é, por norma, contínua. Contudo, é admissível o seu adiamento embora não possa exceder o prazo estipulado de 30 dias, sob pena de perder a eficácia da produção de prova já realizada, conforme estabelecido no art.º 328.º, n.º 6 do CPP.

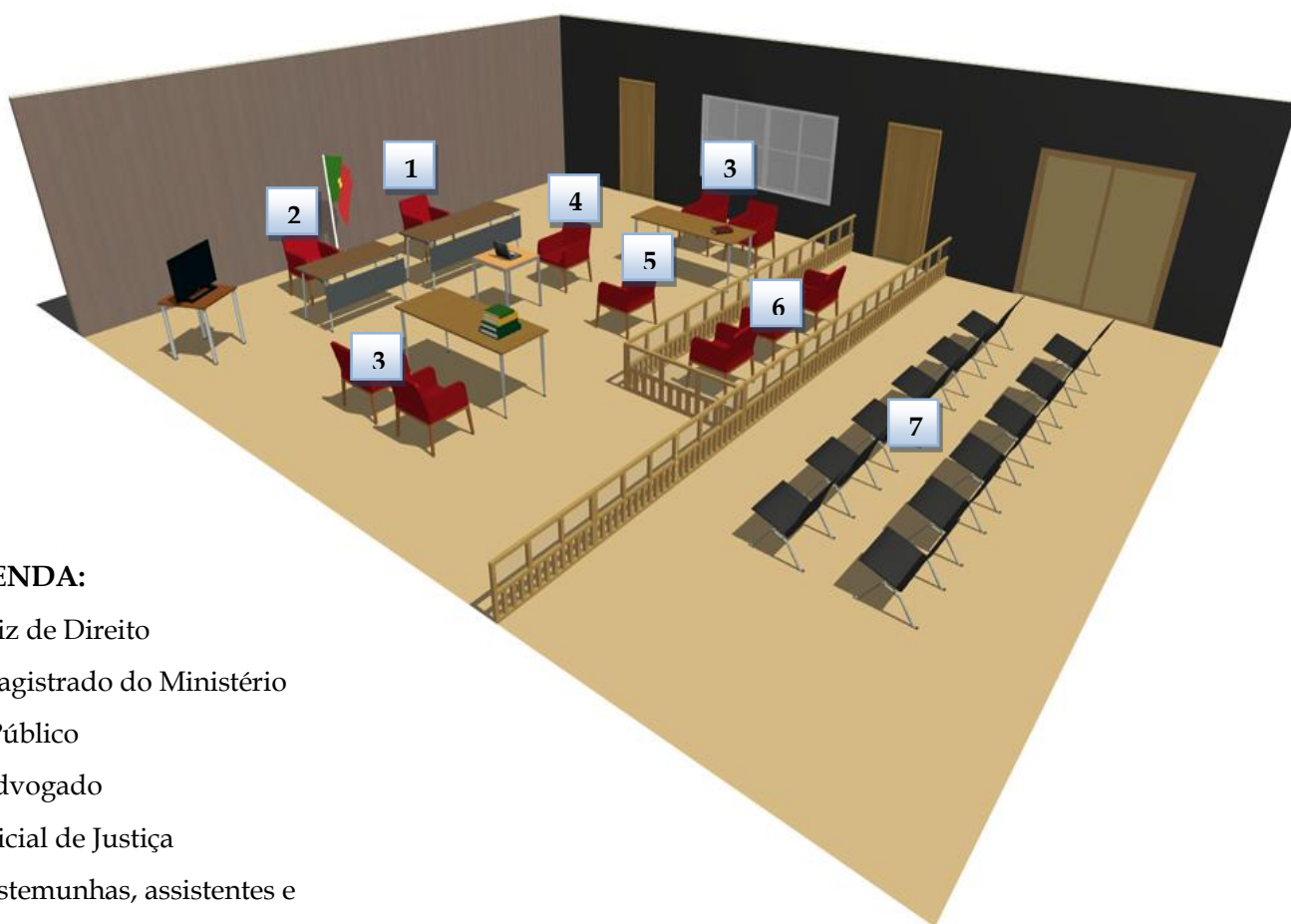
Por fim, em termos de enquadramento, importa ainda deixar um sublinhado sobre a ordem de produção da prova em termos de audiência de julgamento.

Assim sendo, conforme propugna o art.º 321.º do CPP, a produção de prova deve começar com as declarações do arguido, apresentação dos meios de prova indicados pelo MP, pelo assistente e pelo lesado e, por fim, a

apresentação dos meios de prova indicados pelo arguido e pelo responsável civil.

### b. Disposição da sala de audiências

Em Portugal, as salas de audiência dos tribunais obedecem a uma arquitetura padronizada, de acordo com o esquema apresentado na seguinte figura <sup>58</sup> e que se especifica através de uma legenda correspondente:



#### LEGENDA:

- 1 - Juiz de Direito
- 2 - Magistrado do Ministério Público
- 3 - Advogado
- 4 - Oficial de Justiça
- 5 - Testemunhas, assistentes e Peritos
- 6 - Arguido
- 7 - Pessoas que assistem à audiência (público)

<sup>58</sup> Fonte: [www.apav.pt](http://www.apav.pt)

**c. Conduta dos advogados e defensores**

Em sede de audiência de julgamento, os advogados, como elementos essenciais à administração da justiça como refere o art.º 208.º da CRP, e os defensores, devem adotar uma conduta de acordo com o determinado no art.º 326.º do CPP. Ou seja, com base nesta norma, nas suas alegações ou requerimentos, caso os advogados e defensores “Se afastarem do respeito devido ao tribunal”, “Procurarem, manifesta e abusivamente, protelar ou embaraçar o decurso normal dos trabalhos”, “Usarem de expressões injuriosas ou difamatórias ou desnecessariamente violentas ou agressivas” ou “Fizerem, ou incitarem a que sejam feitos, comentários ou explanações sobre assuntos alheios ao processo e que de modo algum sirvam para esclarecê-lo”, então nestes casos “são advertidos com urbanidade pelo presidente do tribunal; e se, depois de advertidos, continuarem, pode aquele retirar-lhes a palavra, sendo aplicável neste caso o disposto na lei do processo civil”.

**d. Conduta dos arguidos**

No que concerne à conduta do arguido na audiência de julgamento, importa começar por mencionar que este está sujeito ao dever de verdade no que diga respeito a perguntas sobre “a sua identidade e, quando a lei o impuser, sobre os seus antecedentes criminais”, conforme impõe o art.º 64.º, n.º 3 al. b) do CPP, não estando, *a contraio sensu*, subordinado a este dever de verdade no que diz respeito à matéria de facto do objeto do processo, sendo que o silêncio do arguido concernente à produção de prova é um direito que não o pode desfavorecer, conforme propugna o art.º 343.º, n.º 1 do CPP.

Ainda no âmbito da audiência de julgamento, e de acordo com o preceituado no art.º 325.º, n.º 1 CPP, o arguido tem o direito de assistir à audiência de forma livre na sua pessoa, ainda que se encontre detido ou preso, salvo se forem necessárias cautelas para prevenir o perigo de fuga ou atos de violência.

Ademais, de acordo com as disposições insertas no art.º 325.º, n.ºs 2, 3 e 4, o arguido detido ou preso é, sempre que possível, o último a entrar na sala de

audiência e o primeiro a ser dela retirado e está obrigado aos mesmos deveres de conduta que impendem sobre as pessoas que assistem à audiência, conforme se elencam de seguida. Destarte, se faltar ao respeito devido ao tribunal, é advertido e, se persistir no comportamento, é mandado recolher a qualquer dependência do tribunal, sem prejuízo da faculdade de comparecer ao último interrogatório e à leitura da sentença e do dever de regressar à sala sempre que o tribunal reputar a sua presença necessária.

#### **e. Conduta do público**

A audiência de julgamento possui, por norma, carácter público e transparente. Neste desiderato, até por uma questão de transparência jurisdicional e melhor perceção do povo sobre administração da justiça, é natural que as audiências de julgamento sejam assistidas por pessoas que, à luz do art.º 324.º, n.º 1 do CPP devem “comportar-se de modo a não prejudicar a ordem e a regularidade dos trabalhos, a independência de critério e a liberdade de acção dos participantes processuais e a respeitar a dignidade do lugar”.

Além do mais, segundo o art.º 324.º, n.º 2 do CPP, as pessoas que assistem à audiência de julgamento têm como especiais deveres “Acatar as determinações relativas à disciplina...”, “Comportar-se com compostura, mantendo-se em silêncio, de cabeça descoberta e sentados”, “Não transportar objetos perturbadores ou perigosos, nomeadamente armas, armas, salvo, quanto a estas, tratando-se de entidades encarregadas da segurança do tribunal” e “Não manifestar sentimentos ou opiniões, nomeadamente de aprovação ou de reprovação, a propósito do decurso da audiência”.

Por fim, importa sublinhar, ainda que de forma colateral, que o carácter público da audiência de julgamento poderá também ter em boa consideração a aproximação do cidadão comum à justiça, mais concretamente aos tribunais. Contudo, em efeito contrário, parece a recente remodelação do mapa judiciário, com o encerramento de vários tribunais em especial no interior do país que, numa análise fria, julga-se ter afastado



o cidadão da justiça. Desconhecem-se, em concreto, todos os pressupostos materiais do estudo que levaram a esta reforma e ao encerramento de muitos tribunais, mas será que se pensou nas pessoas e num conjunto de condicionantes que permitem, ou não, o acesso à *Casa de Justiça*, como, entre muitos outros, a rede de transportes públicos cada vez mais debilitada no interior, a rede estradal, as distâncias e a situação financeira que os portugueses atravessam?

Na verdade, muita tinta preta tem manchado e irá manchar o branco papel sobre esta reforma na justiça, mas o tempo dirá se foi vantajoso pois no final do presente ano de 2014 o balanço é, como muitos têm sublinhado, “manifestamente catastrófico” para a justiça.

#### **f. Chamada e abertura da audiência**

A chamada<sup>59</sup> das pessoas, que devem intervir na audiência de julgamento e, por isso, prévia e regularmente notificadas, vem regulada a partir do art.º 329.º do CPP.

No dia da audiência e à hora designada, o funcionário de justiça em viva voz e publicamente, localizado à porta da sala de audiências ou noutro lugar em que se faça ouvir, identifica o processo, mencionando para tal a forma e o respetivo número, quem o intentou e contra quem é ele intentado e por fim pronuncia o nome das pessoas que têm o dever de intervir.

Todavia, se faltar alguma das pessoas que devem intervir na audiência de julgamento, o funcionário de justiça faz nova chamada, após o que comunica verbalmente ao presidente o rol dos presentes e dos faltosos.

No que concerne à falta injustificada de comparecimento de pessoas regularmente convocadas, deve atentar-se que as consequências para as audiências de julgamento diferenciam consoante a função de cada um no âmbito do processo, estando esta matéria devidamente esclarecida nos artigos 330.º, 331.º e 333.º, todos do CPP. Porém, o juiz pode considerar a presença do faltoso indispensável, podendo ordenar a comparência sob detenção, com base no art.º 116.º, n.º 2 do CPP, sem prejuízo do juiz

---

<sup>59</sup> Para maior aprofundamento dos procedimentos sobre a chamada da audiência de julgamento, aconselha-se a leitura do Ofício-Circular n.º 09, de 28.05.1998, disponível em [www.dgaj.mj.pt](http://www.dgaj.mj.pt)

condenar o faltoso ao pagamento de uma soma entre 2 UC e 10 Unidades de Conta (UC)<sup>60</sup>, como refere o art.º 116.º, n.º 1 do CPP.

**g. Compensação das testemunhas e tomada de declarações noutra Comarca**

A matéria relacionada com a compensação de testemunhas, peritos e consultores técnicos no âmbito da audiência de julgamento encontra-se regulada no art.º 317.º do CPP.

Conforme estipula o art.º 317.º, n.º 2 e 3 do CPP, as pessoas que tiverem a qualidade de OPC ou de trabalhador da Administração Pública, o juiz arbitra, sem necessidade de requerimento, uma quantia correspondente à dos montantes da ajudas de custo e dos subsídios de viagem e de marcha que forem devidos, que reverte, como receita própria, para o serviço onde aqueles prestam serviço. Para este efeito, os serviços em causa devem remeter ao tribunal as informações necessárias, até 5 dias após a realização da audiência<sup>61</sup>.

Porém, nos restantes casos, de acordo com o preceituado no art.º 317, n.º 4 do CPP, a requerimento dos convocados que se apresentarem à audiência, o juiz pode arbitrar-lhes uma quantia, calculada em função das tabelas<sup>62</sup>, aprovadas pelo Ministério da Justiça, a título de compensação das despesas realizadas.

Concernentemente à tomada de declarações noutra comarca, importa desde logo referir que se trata de um regime excecional. Assim, de acordo com o art.º 318.º do CPP, é possível, oficioso ou a requerimento, que a tomada de declarações ao assistente, às partes civis, às testemunhas, a peritos ou a consultores técnicos, não sejam prestadas presencialmente, mas em simultâneo com a respetiva audiência de julgamento. Este procedimento de depoimento à distância, com recurso a meios de telecomunicação em tempo

<sup>60</sup> O valor da UC para vigorar no ano 2014 é de 102.00 €, por força da al. a) do art.º 113.º da Lei 83-C/2013, 31 de Dezembro – Lei do Orçamento do Estado.

<sup>61</sup> Refira-se ainda que, de acordo com a Circular n.º 1708 de 22 de Fevereiro de 1990 da 3ª Repartição do Comando-geral da GNR, *“interrompidas as férias para comparência em Tribunal, tem o militar direito a ser pago do transporte respectivo e de ajudas de custo relativas aos dias de férias não gozados”*.

<sup>62</sup> A este respeito, importa atentar para a Tabela IV do Regulamento das Custas Processuais ínsita no DL n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro.

real, vulgarmente denominado por videoconferência, é regulado pelo disposto no art.º 318.º, n.º 5 e 6 do CPP<sup>63</sup>.

Adite-se, a título complementar, que devido ao facto de, durante a carreira, os elementos das Forças e Serviços de Segurança serem muitas vezes deslocados por diversos motivos, entre os mais vulgares, as transferências, a formação ou a própria necessidade do serviço, esta prerrogativa é muitas vezes utilizada pelos OPC.

---

<sup>63</sup> Para maior aprofundamento dos procedimentos sobre a utilização do equipamento de videoconferência ver Ofício Circular DGSJ/DIT n.º 38, de 28.12.2000, disponível em [www.dgaj.mj.pt](http://www.dgaj.mj.pt).



## CAPÍTULO V - O TESTEMUNHO DO OPC NA AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO

### a. Os constrangimentos do depoimento policial

Como certamente preconiza Maria José Morgado, no seu livro sobre a *Fraude e Corrupção em Portugal*, “nada se faz na vida sem percorrer um caminho de luta, sem métodos de trabalho concretos (...) Muito do que registo aqui deve-se a esse método insubstituível: ouvir longamente aqueles que estão no terreno, sintetizar a enorme riqueza da sua experiência, traçar uma ponte interminável entre tribunais e polícias...” (Morgado, *et al.*, 2003, p. 16).

Na verdade, a maioria dos OPC já foram chamados a prestar depoimento sobre factos em que tiveram a sua intervenção directa ou indirecta. Em audiência de julgamento, por norma, os OPC são questionados várias vezes sobre os mesmos factos e por entidades diversas, com diferentes formas de abordagem e de questionar, o que pode, naturalmente, influenciar as respostas.

Os OPC que exercem funções operacionais, são constantemente notificados para comparecerem em tribunal para relatarem a sua versão dos factos, que, em muitos casos, são referentes a processos em que as ocorrências relevantes e que interessam para a aplicação da justiça já tiveram lugar há alguns anos.

Neste desiderato, importa sublinhar que com o passar do tempo, em certos casos mais de oito ou dez anos, com a vivência de muitos novos episódios operacionais em que não bastas vezes são referentes a crimes da mesma natureza e com cenários muito semelhantes, é possível ao OPC relatar os factos em termos muito gerais, mas torna-se num exercício quase humanamente impossível solicitar ao OPC o relato de pormenores sobre certas ocorrências.

Ainda nesta senda, Enrico Atavilla, já preconizava que a perturbação da memória pode ser causada pela influência que certas testemunhas exercem umas sobre as outras, pois com o passar do tempo, a memória apresenta alguns espaços em branco e as testemunhas ao conversarem umas com as

outras, muitas vezes até já no tribunal enquanto aguardam que sejam chamadas para a sala de audiências, acabam por, inconscientemente, suprir esses espaços em branco com o resultado das percepções do grupo. Da mesma forma, em casos de grande mediatismo, o “espaço em branco” da memória das testemunhas, neste caso concreto dos OPC, pode também ser ocupado pelos órgãos de comunicação social (Altavilla, 2003, p. 260).

Ainda neste contexto, com vivência direta nestas problemáticas, a Juíza Maria da Costa Rodrigues, num artigo intitulado *Pedaços da vida de uma juíza*, esclarece que “processos com muitos anos geram uma espécie de “Alzheimer processual” que paira sobre a sala de audiências”. No seguimento, acrescenta ainda que “Ninguém se lembra de coisíssima nenhuma. Os intervenientes reagem com curiosidade e, por vezes, com estupefação, quando se lhes pergunta sobre factos históricos de que não possuem qualquer memória. De vez em quando, referem um ou outro apontamento, sem interesse directo para a causa, numa dissimulada vontade de não fazerem má figura ou para que a juiz não fique definitivamente frustrada” (Rodrigues, 2009, p. 248).

Para finalizar, refira-se ainda que em sede de audiência de julgamento, os defensores procuram encontrar todas as fragilidades que apresentam os factos. Neste desiderato, os OPC devem evitar transmitir as suas convicções pessoais e apresentar a sua versão dos factos, consoante o seu conhecimento directo. Muitas vezes, o defensor exige um elevado grau de pormenor para uma correta avaliação, podendo transparecer alguma falta de segurança por parte do OPC e colocar em causa toda a prova recolhida e a convicção do tribunal (Manual de Intervenção em Tribunal da Escola da Guarda, 2011, p. 5 e 6).

É, portanto, neste contexto prático se apresentam, de seguida, um conjunto de regras<sup>64</sup> orientadoras para que a intervenção dos OPC, em sede de julgamento, possa constituir-se como um fator decisivo para influenciar de

---

<sup>64</sup> Regras coligidas e devidamente adaptadas a partir da leitura de diversa bibliografia, do Manual da Escola da Guarda da GNR, da troca de opiniões com Magistrados, Advogados, Polícias e Professores universitários e também da própria experiência profissional. Acrescente-se ainda que para a compilação destas orientações muito contribuiu a leitura e análise do acórdão conhecido, pelo menos em termos mediáticos, como “Processo Casa Pia”, vertido no Acórdão proferido pelo Tribunal Criminal de Lisboa, Processo nº 1718/02.9JDLSB, 8ª Vara, em 03/09/2010 (Processo Casa Pia).

forma positiva a justiça criminal. Estas orientações encontram-se subdivididas em três patamares, ou seja, inicia-se com indicações a ter em conta na preparação do testemunho antes da audiência de julgamento, depois na prestação do testemunho durante a própria audiência de julgamento na prestação do testemunho e, por fim, na conclusão do testemunho.

Finalmente, importa também referir que as regras que se apresentam de seguida têm também aplicabilidade, com as devidas e necessárias adaptações, aos testemunhos efetuados por videoconferência.

## **b. Preparação do testemunho**

Antes do depoimento em audiência de julgamento, o OPC deve considerar as seguintes regras:

### **(1) Apresentar-se no tribunal com indumentária apropriada**

Na verdade, uma boa apresentação em tribunal é fundamental. Promove uma ideia de credibilidade<sup>65</sup>.

A apresentação com indumentária desadequada como calções, chinelos ou t-shirt desportivas, o uso de óculos de sol na cabeça, ou mascar pastilha elástica, são condutas completamente desajustadas à solenidade do ato em plena audiência de julgamento. Na verdade, o objetivo do OPC é testemunhar e contribuir para a boa administração da justiça e não criar distrações que apenas servem para descredibilizar o profissionalismo dos OPC e das respetivas Forças e Serviços de Segurança a que pertencem e representam.

Sublinhe-se, ainda, que para as Forças de Segurança, concretamente a GNR e a PSP, está determinado o uso de uniforme para a audiência de julgamento<sup>66</sup>, exceto quando, no âmbito das suas funções, atuam à civil.

---

<sup>65</sup> Sublinhe-se que de acordo com a Circular n.º 1708 de 22 de Fevereiro de 1990 da 3ª Repartição do Comando-geral da GNR, *“a participação de militares da Guarda em actos processuais é considerada acto de serviço”*.

<sup>66</sup> Para a GNR, esta matéria vem regulamentada na Circular n.º 1130 de 27ABR05 da 4.ª REP que impõe a presença dos militares da GNR em audiência de julgamento com o uniforme n.º 2, atualmente designado uniforme de serviço.

**(2) Ler o expediente com atenção**

Se possível, o OPC deve tirar fotocópias ou possuir em suporte digital o expediente considerado mais relevante. A leitura do expediente<sup>67</sup> relacionado com ocorrência em julgamento permitirá ao OCP fazer uma retrospectiva do que materialmente<sup>68</sup> aconteceu.

**(3) Debater os factos em julgamento com outros OPC**

Julga-se importante o debate dos factos em julgamento entre os OPC, mas sem afetar o discernimento individual da testemunha. Esta discussão de ideias pode ser positiva para trazer à memória alguns factos ou pormenores relacionados com a ocorrência em causa. Conquanto, é aconselhável que o debate de ideias ocorra com alguma antecedência da audiência de julgamento, desaconselhando-se que seja no próprio dia e muito menos na sala de espera aquando se aguarda pela chamada pois, nestes casos, pode criar dúvidas no OPC que já não permitam que sejam repensadas antes de entrar na sala de audiências.

A importância do debate sobre os factos antes de audiência de julgamento, não tem uma aprovação consensual por duas ordens de razões. Por um lado, porque o debate poderá afetar a sinceridade e espontaneidade no testemunho. Por outro lado, pode transmitir ideias ou pistas erradas aos outros OPC e que, em resultado disso, alteram o seu depoimento.

Em suma, defende-se um debate de ideias entre os OPC sobre os factos em julgamento, de forma equilibrada e não imediatamente antes da audiência de julgamento.

---

Ainda a este respeito, a Ordem de Serviço n.º 45 de 6MAR198 do Comando Metropolitano do Porto da PSP refere que *“os agentes deverão apresentar-se sempre devidamente apurados, e nos casos de comparência em juízo seguido à detenção, da qual resultarem danos no vestuário, os agentes apresentarão tais elementos de provir junto ao expediente”*.

<sup>67</sup> Sobre este assunto, a Ordem de Serviço n.º 45 de 6MAR198 do Comando Metropolitano do Porto da PSP refere o seguinte: *“devem os agentes consultar os autos/participações relativos aos factos, por norma a situarem os acontecimentos e a preverem as questões normalmente levantadas pelos intervenientes processuais”*.

<sup>68</sup> Considerando que não há verdade real, mas sim fragmentária e fragmentada.



#### **(4) Preparar eventuais perguntas**

Torna-se fundamental prever eventuais perguntas, para que o OPC possa preparar as respostas. Principalmente para os casos mais complexos, deve ter-se em consideração as questões que podem suscitar mais discussão, em especial sobre buscas domiciliárias, detenções ou apreensões, preparar uma boa resposta sustentada numa argumentação jurídica principalmente sobre os aspetos táticos e técnicos de índole policial.

#### **c. Prestação do depoimento**

Na audiência de julgamento, a qualidade da prestação do testemunho do OPC é muito determinada, para além do respeito aos formalismos decorrentes da lei processual penal, por fatores relacionados com a sua postura e a linguagem. Neste pressuposto, considerando 15 (quinze) regras-chave, o OPC deve:

##### **(1) Prestar o juramento de forma convicta**

O juramento é a primeira impressão que se cria na audiência de julgamento. Assim, o OPC deve prestar o juramento de pé, descruzar os braços, e dizer de forma audível, mas sem ser num tom de voz exagerado, «Juro», sentando-se unicamente após autorização do juiz.

##### **(2) Sentir-se confortável**

Na sala de audiências, o OPC deve procurar sentir-se confortável, contrariando assim um natural nervosismo.

Assim, ao sentar-se, deve procurar estar numa posição confortável, mas firme, ganhando e transmitindo uma postura de tranquilidade. É também aconselhável, caso seja possível, que o OPC observe, de forma serena, o que existe à sua volta para se familiarizar com o espaço da sala de audiências, percebendo onde se encontra cada um dos intervenientes.

Outrossim, em processos mais complexos em que seja previsível um depoimento mais longo, o OPC deve ponderar fazer-se acompanhar de uma pequena garrafa de água para a sala de audiências.

### **(3) Responder de forma convincente à primeira questão**

Conforme determina a lei processual penal, a primeira pergunta, normalmente é efetuada pelo MP. Na maioria dos casos, o magistrado do MP efetua uma pergunta genérica que tem como principal objetivo um conhecimento geral dos factos. Para a resposta à primeira questão, é fundamental que o OPC tenha bem presente a data e hora dos factos.

Torna-se, portanto, conveniente que esta primeira resposta crie no juiz uma convicção de credibilidade no testemunho. Ao contrário, se a primeira resposta não for convincente, pode comprometer o resto do depoimento.

### **(4) Manter uma postura de serenidade**

Mesmo com alguma experiência profissional em sede de audiência de julgamento, é natural que o OPC sinta algum desconforto ou nervosismo durante o testemunho, que pode ser contornado através da experiência e utilização de algumas técnicas.

Na sua intervenção na audiência de julgamento, o OPC deve evitar uma atitude defensiva e um discurso esquivo perante os diversos intervenientes e, além disso, deve procurar evitar balançar o corpo na cadeira, pois essas condutas denunciam, perante os restantes intervenientes na audiência de julgamento, uma postura de fuga ou de nervosismo.

### **(5) Adotar uma atitude de colaboração**

Torna-se importante que os operadores judiciais, com principal enfoque para o juiz, percebam que o OPC está na audiência de julgamento para ser parte da solução e que o seu intuito é colaborar para a boa administração da justiça.

Muitas vezes é também importante para os operadores judiciais conhecerem a experiência profissional ou académica da testemunha. Neste caso concreto, o OPC não deve considerar esse facto como ofensivo, mas deve antes adotar uma postura de colaboração para com o tribunal, enunciando as suas competências técnicas e académicas e colocando-as à disposição da justiça.

#### **(6) Evitar ler documentos**

Durante a audiência de julgamento e de acordo com a lei processual penal vigente<sup>69</sup>, é permitido ler determinadas auxiliares de memória com expressa autorização do juiz. Esta leitura julga-se aceitável e adequada apenas em processos que compreendem uma grande complexidade factual, como por exemplo um grande encadeamento de factos ligados a datas, pessoas, matriculas ou locais.

#### **(7) Demonstrar deferência e seriedade perante os operadores judiciais**

Neste particular, o OPC deve tratar os operadores judiciais com respeito, dirigindo-se a eles da seguinte forma:

- a. ao juiz(a) por “Meritíssimo(a) Juiz(a)”;
- b. ao MP, por “Digno(a) Magistrado(a)” ou “Sr(a). Dr(a).”;
- c. ao advogado(a) por “Sr(a). Dr(a).”.

Concomitantemente, o OPC deve encarar a audiência de julgamento como um acto solene, mantendo-se sempre sério. Na verdade, umas das formas de amenizar o ambiente e torná-lo mais leve é fazer humor através de uma piada ou demonstração de ironia, mas nunca no tribunal em plena audiência de julgamento, mesmo que a isso o OPC seja tentado.

Ademais, o OPC deve também evitar uma postura que denote arrogância para com os restantes intervenientes no julgamento e, no

---

<sup>69</sup> Cfr. artigos 96.º, n.º 2 e 356.º, ambos do CPP.

mesmo contexto, deve privar-se em utilizar uma linguagem de calão com expressões tais como “yah”, “ahm, ahm” ou “tá a ver”<sup>70</sup>.

#### **(8) Usar uma linguagem simples e objetiva**

Uma das tentações de alguns OPC enquanto testemunha em audiência de julgamento é adotarem um discurso demasiado técnico, recorrendo a siglas, muitas vezes entendidas apenas por quem exerce funções policiais. Para contrariar tal conduta que em nada favorece o testemunho, o OPC deve utilizar um vocabulário de uso corrente e que seja do seu domínio, utilizando uma linguagem simples, direta e precisa<sup>71</sup>.

O OPC deve evitar responder de forma evasiva ou superficial, sem divagações ou exageros em argumentação ou justificações, pois essa atitude pode dar a impressão que não se conhecem os factos em julgamento ou até alimentar o contrainterrogatório. Assim, neste particular, o OPC deve evitar falar sobre outros factos ou tirar conclusões sobre mais alguns que apenas se ouviu falar, mas antes deve prestar um testemunho claro e objetivo, evitando transmitir as ideias de forma confusa, porque o juiz apenas está interessado nos factos que o OPC presenciou e tem conhecimento direto.

Doutro passo, durante o testemunho em audiência de julgamento, o OPC não deve utilizar palavras-chave como: “sim, é capaz de ser assim”, “eu acho que...”; “ouvi dizer que...”; “parece-me que...”, “talvez”, “isso já foi há muito tempo”, “isso está nos autos”.

#### **(9) Adotar um discurso fluente**

O tom de voz usado durante o depoimento deverá ser assertivo, devendo evitar-se um discurso tenso e mecanizado.

---

<sup>70</sup> A este respeito, a Ordem de Serviço n.º 45 de 6MAR198 do Comando Metropolitano do Porto da PSP refere o seguinte: “as frases/expressões proferidas não deverão ser insinuatórias, injuriosas ou difamatórias...”.

<sup>71</sup> A este respeito, a Ordem de Serviço n.º 45 de 6MAR198 do Comando Metropolitano do Porto da PSP refere o seguinte: “deverão ser evitadas expressões ou termos de características excessivamente técnico-jurídicas, de forma a evitar diálogos diversos do estritamente necessário em plena audiência, para apuramento dos factos”.

Na verdade, a rapidez do testemunho não é tida em consideração para avaliar da sua veracidade, todavia a serenidade da auscultação da pergunta e respectiva resposta significa que a nossa preocupação é a realização da justiça no caso concreto.

Durante o testemunho, o OPC deve ter especial preocupação em não falar de forma muito rápida nem demasiadamente lenta, podendo até neste particular deixar transparecer alguma ironia. O OPC deve, portanto, adotar um discurso corretamente pausado, permitindo que todos os intervenientes acompanhem a linha de raciocínio.

#### **(10) Usar corretamente a linguagem não-verbal**

O OPC deve ter especial atenção à linguagem não-verbal, designadamente a posição das pernas e das mãos, evitando a utilização excessiva da linguagem gestual ou a sua completa ausência.

A linguagem não-verbal deve ser utilizada como complemento da linguagem verbal e em estreita sintonia com esta.

Durante o testemunho, aconselha-se que as mãos devem ficar assentes nas pernas, sendo utilizadas como linguagem gestual para salientar um facto ou para reforçar a ideia.

Na sala de audiências, o OPC deve responder sempre verbalmente e não abanar a cabeça como resposta de consentimento ou negação e muito menos em sinal de desagrado, pois esta conduta em nada abona o seu testemunho.

#### **(11) Evitar a espontaneidade, respondendo apenas ao que é perguntado**

Antes de iniciar a resposta, o OPC deve fazer uma pausa e só depois responder ao que é perguntado, evitando assim a eventual espontaneidade na resposta. Esta técnica permite ao OPC, ainda que por brevíssimos momentos, ponderar a sua resposta e que interrompa quem lhe formula a questão, transmitindo ao juiz e restantes intervenientes presentes na audiência uma sensação de calma e segurança. Conquanto, sublinhe-se que a utilização desta prática de forma exagerada prejudicará, de certo, o depoimento.

Mas, caso seja incompreensível a pergunta, o OPC deve solicitar que a mesma seja reformulada e não responder sem ter a certeza de ter percebido o seu conteúdo.

Outro aspeto não somenos importante é que o OPC deve evitar entrar em conversa aberta com o defensor ou outro operador judiciário. Na sala de audiências, a sua função é simplesmente coadjuvar o tribunal a administrar a justiça, respondendo às perguntas sem conversar ou questionar. Se por algum motivo for interrompido, o OPC não deve demonstrar qualquer incómodo, antes deve parar imediatamente o discurso, retomando-o apenas e de forma calma quando for possível prosseguir.

Uma das estratégias do contrainterrogatório consiste em tornar o interrogatório pouco credível. Assim, como forma de descredibilização do testemunho, uma das técnicas consiste em efetuar-se uma série de questões ao mesmo tempo, de modo que o OPC apenas consiga responder apenas a alguns pontos das questões e assim transmitir que o testemunho é pouco seguro ou inconsistente. Para obstar tal estratégia, o OPC deve solicitar que a questão seja devidamente decomposta, exigindo que seja colocada uma questão de cada vez.

Da mesma forma, o OPC deve ter muita atenção com o silogismo, isto é, através de perguntas sucessivas, normalmente formuladas pelo defensor, que merecem uma resposta rápida, tipo “sim” ou “não”, pois as testemunhas são conduzidas a conclusões que não correspondem à sua própria convicção ou percepção da material dos factos.

Ainda no mesmo contexto, em audiência de julgamento o OPC deve tomar especial atenção a perguntas, geralmente formuladas pelo advogado de defesa do arguido, começadas com “*não estará de acordo com ...*”, “*não é verdade que...*” ou “*concorda comigo...*”. A defesa pretende saber a opinião do OPC e pode conduzi-lo a uma resposta que não pretendia, pelo que a resposta merece ainda maior ponderação e cuidado.

Por fim, se perguntado sobre medições, o OPC deve ter em consideração a sua importância para determinados tipos de crime, como por exemplo na sequência de acidentes de viação por vezes é

fundamental saber a medida exata, caso contrário, deverá ser fornecida uma medida aproximada, com recursos a medidas comparativas, mas impõe-se que se tenha sempre em atenção a matéria em causa.

#### (12) **Relatar apenas a verdade**

Como já foi estudado anteriormente<sup>72</sup>, as testemunhas estão vinculadas ao dever de verdade, sob pena de configurarem a prática do crime previsto no art.º 360.º do CP. Desta forma, até porque o OPC está sob juramento, é indispensável que o seu testemunho seja autêntico, assente na honestidade e imaculado de falsidade, de forma a contribuir para a boa administração da justiça.

É preferível o OPC dizer que não se lembra de um ou outro pormenor do que inventar ou começa a dizer o que pensa que aconteceu.

#### (13) **Evitar as hesitações e contradições**

Na sua intervenção em audiência de julgamento, o OPC deve evitar prestar um testemunho incoerente e contraditório<sup>73</sup>. Embora seja de evitar, no decorrer do testemunho podem existir dúvidas sobre os factos, apesar de nem todas as dúvidas sejam compreensíveis de existir, como os aspetos básicos e notórios do processo que vão, com certeza, retirar credibilidade ao testemunho. Assim, caso existam dúvidas, é importante transmiti-las ao tribunal, em vez de tentar responder sem ter certeza.

Concomitantemente, caso o OPC detete que anteriormente cometeu alguma imprecisão, é indispensável que corrija os erros o mais rapidamente possível e, desejavelmente, por sua iniciativa.

---

<sup>72</sup> Cfr. Capítulo II do presente trabalho que aborda as Falsas Declarações, dando-se especial ênfase ao crime previsto no art.º 360.º - Falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução”, designado neste estudo como crime de “falso testemunho”.

<sup>73</sup> A este respeito, a Ordem de Serviço n.º 45 de 6MAR198 do Comando Metropolitano do Porto da PSP refere o seguinte: “as frases/expressões proferidas não deverão ...levar à imprecisão ou contradição”.

**(14) Ser imparcial**

O OPC deve testemunhar com objetivo esclarecer o tribunal, de forma profissional e revelando a verdade material dos factos para a correta administração da justiça, independentemente da parte que beneficia e da sua opinião ou interesse pessoal.

Na sua intervenção, o OPC deve então ser totalmente isento, evitar emitir opiniões ou retirar conclusões sobre os factos e tão pouco deixar transparecer sentimentos ou emoções sobre a matéria em julgamento ou mesmo dos intervenientes<sup>74</sup>.

Por seu turno, o OPC deve evitar catalogar qualquer interveniente processual e muito menos o arguido, mesmo que lhe seja solicitado. Neste caso, até porque o OPC é uma testemunha e não perito, deve referir que não tem conhecimento técnico para fazer essa apreciação por se tratar de uma área, entre outras, da medicina, da psicologia ou da sociologia.

**(15) Manter o contacto visual com o juiz**

Perante uma pergunta formulada pelo magistrado do MP ou pelo advogado, o OPC deve procurar responder olhando para quem efetuou a questão, mas também para o juiz. Desta forma, este procedimento evita concentrar a visão apenas no magistrado do MP ou no advogado, pois o testemunho do OPC procura formar a convicção no tribunal, em especial no juiz.

---

<sup>74</sup> A este respeito, a Ordem de Serviço n.º 45 de 6MAR198 do Comando Metropolitano do Porto da PSP refere o seguinte: “os agentes policiais deverão responder com firmeza, convicção e directamente ao interlocutor, limitando tais respostas aos factos sentidos/vividos pelos mesmos. Às perguntas/comentários de opinião ou outras de carácter sugestivo/comprometedor, os agentes deverão responder por forma a não sujeitar outrem a qualquer incriminação/responsabilização, salvo se tal referência for necessária o apuramento da verdade e devidamente comprovada”.



#### **d. Conclusão do depoimento**

Concluído o depoimento, o OPC deve ter atenção aos seguintes aspetos:

##### **(1) Levantar-se de uma maneira calma**

No final do depoimento, o OPC deve evitar uma demonstração de alívio, ressentimento ou satisfação, levantando-se calmamente para abandonar a sala.

##### **(2) Deixar uma imagem credível e profissional**

Ao abandonar a sala de audiências, o OPC deve deixar uma imagem credível e profissional, pois em muitas ocasiões, a primeira e a última imagem são aquelas que ficam gravadas.

##### **(3) Pedir licença ao juiz**

Antes de abandonar a sala de audiências, ainda que sem grandes formalidades, o OPC deve pedir licença ao juiz para se retirar da sala de audiências.



## Conclusões

*Os Tribunais administram a justiça em nome do povo, conforme consagra o n.º 1 do art.º 202.º da CRP.* Existe, portanto, na administração da justiça uma equilibrada dicotomia de interesses, pois não é apenas o Estado a parte interessada, mas também os particulares e a sociedade em geral.

Uma das finalidades do processo penal é a descoberta da verdade material, de modo a que o Estado realize a justiça e alcance a paz jurídica numa sociedade perturbada com a prática de ilícitos de natureza criminal. O processo penal português assegura um inquérito realizado sob a titularidade e direção do MP para preparação da decisão judicial assente numa arquitetura acusatória, embora aliado ao princípio da investigação oficial, válido tanto para efeito de acusação como em sede de julgamento, sendo esta a fase solene do processo penal.

Em bom rigor, toda a atividade jurisdicional, onde se inclui, ainda que indiretamente, a atividade de polícia, está subordinada a uma panóplia de normas orientadoras com o objetivo de garantir a boa administração da justiça. Porém, para alcançar esse desiderato, os meios de prova constituem-se como um factor decisivo para a atividade jurisdicional, com maior destaque para a prova testemunhal. Este meio de prova assume, assim, um papel primacial na aplicação da justiça penal pois muitas vezes é o único meio de prova disponível em julgamento, assumindo-se como os olhos e ouvidos da justiça.

Durante o exercício da atividade policial, os OPC são confrontados com um diversificado leque de ocorrências operacionais que integram a matéria criminal e que, conseqüentemente, resultam na sua intervenção em sede de audiência de julgamento, assumindo a qualidade de testemunha para, em subordinação ao dever de verdade, prestarem o seu depoimento sobre os factos de que têm conhecimento direto.

Por conseguinte, em sede de audiência de julgamento, o depoimento dos OPC assume crucial importância. Por exemplo, no julgamento de um crime de homicídio, o simples depoimento do OCP que chegou em primeiro lugar ao local do crime e que, em tribunal, lhe é pedido para testemunhar o cenário do crime, pode logo *a priori* ser decisivo positiva ou negativamente para a concretização da justiça penal.

Relativamente ao princípio da não autoincriminação – *nemo tenetur se ipsum accusare*, resumidamente definido como o direito do arguido não ser obrigado a contribuir para a sua própria incriminação, saliente-se que não encontra uma consagração explícita na CRP. Porém, é comumente aceite numa previsão constitucional implícita e derivante de outros direitos e princípios constitucionais, desde logo, no sentido e alcance do Estado de direito democrático ínsito na Lei Fundamental e nas linhas orientadoras dos princípios constitucionais da dignidade humana, da liberdade de ação e da presunção de inocência.

A delimitação deste princípio da não autoincriminação tem evoluído para uma configuração mais ampla do que originalmente concebido, ou seja, o “direito ao silêncio”, invadindo agora outros domínios como os da não obrigação do arguido a certas diligências e atos processuais, à entrega de documentos ou sujeição a diligências de prova ou a exames corporais de forma coerciva, e não autorizados por autoridade judicial.

De todo o modo, a respeito da (in)aplicabilidade do princípio da não autoincriminação em sede de julgamento pode afirmar-se, compartilhando a ideia de Guedes Valente, que o exercício da ação penal deve trilhar um caminho transparente e que não é compatível com métodos de obtenção de prova contrários à lei, à ordem pública, ao Direito ou em violação dos princípios democráticos e da lealdade. Parece-nos que, na ideia deste autor, o OPC está sujeito ao dever de verdade, mas devem-lhe ser garantidos os mesmos direitos e liberdades fundamentais que são garantidos a qualquer testemunha, por exemplo o direito a não se autoincriminar.

Em suma, o depoimento policial em tribunal assume-se como um acto decisivo para a melhoria do sistema de aplicação da justiça penal. Na intervenção dos OPC na audiência de julgamento, além do respeito aos preceitos legais a que estão subordinados, importa que estes atentem para um conjunto de regras no que concerne à preparação do depoimento, à própria prestação do depoimento e também à sua conclusão, sendo que as orientações expostas ao longo deste estudo podem tornar-se decisivas para a qualidade do testemunho policial, para a comprovação judicial dos factos em julgamento e, também, para a boa administração da justiça penal.

## Bibliografia

### Livros Impressos

- Albuquerque, P. P. (2009). *Comentário do Código de Processo Penal*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2ª ed.
- Albuquerque, P. P. (27 de agosto de 2010). Um Ministério Público Democrático. *Diário de Notícias*, 63.
- Almeida, C. A. (2006). *Medidas Cautelares e de Polícia do Processo Penal, em Direito Comparado*. Coimbra: Almedina.
- Altavilla, E. (2003). *Psicologia Judiciária* (Vol. II (Personagens do Processo Penal)). Coimbra: Almedina.
- Amaral, D. F. (2004). *Manual de Introdução ao Direito* (Vol. I). Coimbra: Livraria Almedina.
- Andrade, C. (1992). *Sobre as Proibições de Prova*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Andrade, M. d. (1976). *Noções Elementares de Processo Civil*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Andrade, M. P. (2010). *Prática de Direito Processual Penal*. Lisboa: Quid Juris.
- Ascensão, J. d. (2005). *O Direito: Introdução e Teoria Geral*. Coimbra: Edições Almedina.
- Bravo, J. d. (2012). *Intervenções corporais probatórias e direitos fundamentais: compatibilidade e limites*. Porto: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto, vol. 1, n.º 1 .
- Brito, I. A. (2012). *Crime de falso testemunho prestado perante Tribunal* (1ª Edição ed.). Coimbra: Coimbra Editora, S. A.
- Dias, J. F. (2001). *Temas Básicos da Doutrina Penal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, J. F. (2004). *Direito Processual Penal (Coleção Clássicos Jurídicos: Reimpressão da Edição de 1974)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, J. F. (2007). *Direito Penal: Parte Geral, Tomo I (Questões Fundamentais. A doutrina Geral do Crime)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Eiras, H., & Fortes, G. (2006). *Dicionário de Direito Penal e Processo penal* (2ª (revista e actualizada) ed.). Lisboa: Quid Juris.

- Engisch, K. (1983). *Introdução ao Pensamento Jurídico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Escola da Guarda - Núcleo de Legislação e Direito. (junho de 2011). Manual de Intervenção em Tribunal. Queluz.
- Ferreira, M. C. (1996). *Curso de Processo Penal - Volume I*. Lisboa: Editorial Danúbio.
- Flores, F. M. (1996). *Polícias sem história* (7ª edição ed.). Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- Flores, F. M. (2012). *O Bairro da Estrela Polar*. Alfragide: Casa das letras.
- Gonçalves, M. L. (1999). *Código de Processo Penal anotado* (10ª Edição - Revista e Actualizada ed.). Coimbra: Almedina.
- Jauernig, O. (1998). *Direito Processual Civil*. München: Beck.
- Leitão, H. M. (2005). *Dicionário de Processo Civil*. Porto: Almeida & Leitão, Lda.
- Mendes, P. d. (2014). *Lições de Direito Processual Penal*. Lisboa: Almedina.
- Mesquita, P. D. (2004). Repressão criminal e iniciativa própria dos órgãos de polícia criminal. *Revista do Ministério Público*, 7-35.
- Moncada, C. (1948). *Estudos de Hsitória do direito. Acta universitatis conimbrigensis*, vol. I. Coimbra.
- Moniz, H. (2004). *O Crime de Falsificação de Documentos: da Falsificação Intelectual e da Falsidade em Documento*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Morgado, M. J., & al, e. (2003). *Fraude e Corrupção em Portugal – O Inimigo sem rosto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Palma, M. F. (2011). *Direito Constitucional Penal*. Coimbra: Almedina.
- Queirós, C. (2011). *A Interferência das emoções no contexto de um tribunal*. Porto: Faculdade de Psicologia e de ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Ramos, A. S. (2009). *O Direito à Não Auto-Inculpação (Nemo Tenetur Se Ipsum Accusare) no Processo Penal e Contra-Ordenacional Português*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Ribas, C. A. (2011). *A credibilidade do Testemunho: a verdade e a mentira nos Tribunais*. Porto: Universidade do Porto - Instituto de Ciências Biométricas Abel Salazar.
- Ristori, A. (2007). *Sobre o silêncio do arguido no interrogatório no processo penal português*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, M. G. (2009). Pedacos da vida de uma Juíza. *Julgar*, 245-252.

- Seiça, A. M. (1999). *artigo 360.º, in: Figueiredo Dias (dir.), Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Seiça, A. M. (2001). *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo III*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Silva, G. M. (1997). *Direito Penal Português*. Lisboa/S.Paulo: Verbo.
- Silva, G. M. (2000). *Curso de Processo Penal I* (6ª ed.). Lisboa: Verbo.
- Silva, G. M. (2001). O Direito a não estar só ou o Direito a acompanhamento por advogado. *25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1975* (p. 123 e ss.). Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa.
- Silva, G. M. (Jan-Abr de 2007). Um olhar sobre o projecto e o acordo político para a revisão do código de processo penal. *Julgar*, 137-153.
- Silva, G. M. (2008). *Curso de Processo Penal II*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Silva, G. M. (2013). *Direito Processual Penal Português - Noções Gerais - Sujeitos Processuais e Objecto*. Lisboa: Universidade Católica.
- Sousa, L. F. (2013). *Prova Testemunhal*. Lisboa: Almedina.
- Valente, M. M. (2004). *Dos Órgão de Polícia Criminal - Natureza, Intervenção e Cooperação*. Lisboa: Almedina.
- Valente, M. M. (2010). *Processo Penal - Tomo I* (3ª Edição ed.). Coimbra: Almedina.
- Valente, M. M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra: Edições Almedina.
- Valente, M. M. (Out/Nov/Dez de 2013). A Segurança (interna) na Constituição da República Portuguesa de 1976. *REAJ - Revista Eletrônica AD Judicia*, 1.
- Valente, M. M. (2013). *Do Ministério Público e da Polícia*. Lisboa: universidade Católica Editora.

## Diplomas Legais

- Constituição da República Portuguesa
- Declaração Universal dos Direitos do Homem
- Código Civil
- Código Penal
- Código Penal de 1929

- Código de Processo Penal vigente
- Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais
- Lei de Política Criminal do biênio 2009/2011
- Lei-Quadro de Política Criminal
- Lei de Segurança Interna
- Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
- Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
- Lei Orgânica da Polícia Judiciária
- Lei de Organização da Investigação Criminal
- Estatuto dos Magistrados Judiciais
- Estatuto do Ministério Público
- Lei da Organização do Sistema Judiciário
- Estatuto dos Militares da GNR
- Estatuto do Pessoal da PSP
- Estatuto do Pessoal da PJ
- Estatuto do Pessoal do SEF

### **Jurisprudência**

- Acórdão n.º 461/2011 do Tribunal Constitucional de 21 de dezembro, Processo n.º 366/11 (Diário da República, 2.ª série – N.º 243, pág. 49525).
- Acórdão do STJ, Processo n.º 98P070, de 22 de abril de 1998
- Acórdão do STJ referente ao Processo n.º 3276/04, de 5 de Janeiro de 2005,
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 19 de Outubro de 2011, cujo relator o Desembargador Moisés Silva.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 31-01-2011, Processo n.º 1149/08.7GAEPS.G2
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães datado de 18 de dezembro de 2006



### **Sítios consultados**

[www.pgdl.pt](http://www.pgdl.pt)

[www.apav.pt](http://www.apav.pt)

[www.oa.pt](http://www.oa.pt)

[www.dgaj.mj.pt](http://www.dgaj.mj.pt)

[www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

### **Trabalhos de Investigação e Artigos Científicos**

Silva, A., 2009. *A Reforma Penal de 2007 – Restrições à Investigação Criminal*,  
Dissertação de Mestrado